CONCURSOS PÚBLICOS

Um intensivo completo de estudo!

EDICASE digital

50 Questões
para testar seus conhecimentos

Administração pública
Características, modelos e dicas

Orçamento público
Classificação, técnicas e princípios

Gestão pública e privada
Visão ampla e relacionada aos problemas sociais

10 dicas
de especialistas para ajudar antes, durante e após a prova

Edição 2026

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E PÚBLICA

PREPARE-SE PARA SER APROVADO: COMECE A ESTUDAR AGORA!

EdiCase Publicações

Publisher

Joaquim Carqueijó

Redação

Matilde Freitas (MTB 67769/SP)

Laleska Diniz

Design

Lais Magalhães | be.net/laismagalhaes8

Julio Cesar Prava | be.net/juliocesarprava

Robson Araújo | be.net/robsonaraujo

Imagens meramente ilustrativas

Créditos: Shutterstock e Adobestock

Título

Apostilas Concursos Públicos

EAN

7.908.182.083.213

Assuntos

Concursos públicos, administração financeira e pública

Atendimento ao Leitor
Redação
atendimento@edicase.com.br

Vendas no Atacado
(11) 98265-0223
vanusa@edicase.com.br

Portal EdiCase!
Conteúdos especializados sobre Saúde e Bem-Estar, Entretenimento, Educação, Beleza, Culinária, Astrologia, Pets e muito mais! Tudo isso em um clique!
www.portaledicase.com

Nos acompanhe nas redes sociais!
portaledicase

ACESSE NOSSA LOJA EM
loja.portaledicase.com

Produto desenvolvido por
Tao Consult
Fabio Goulart Maldonado

DICAS PARA ANTES, DURANTE E APÓS A PROVA

Confira as sugestões dos especialistas

TREINE

» Participe de alguns concursos, ainda que não seja a vaga que deseja, assim você saberá planejar melhor o tempo que tem para realizar a prova.

» Treine os exercícios de lógica para ganhar velocidade na hora da prova.

DESCANSO

» Procure dormir bem. Perder noites de sono estudando pode até atrapalhar.

» Beba bastante água e se alimente adequadamente. Corpo e mente precisam estar equilibrados.

» Procure praticar alguma atividade física. Isso ajuda a estimular o cérebro.

ANTES DA PROVA

» Procure levar água e coisas para comer durante a prova, pois costuma ser longa.

» Vá para a prova com roupa e sapato confortáveis.

NA HORA DA PROVA

» Faça primeiro as questões que sabe e, no final, se sobrar tempo, dedique-se às mais difíceis.

» Procure reservar o tempo especial para as matérias que valem mais pontos.

» Reserve pelo menos 30 minutos para passar as respostas para o cartão.

Professores que contribuíram com as dicas

» Adriano Paciello, professor de Gramática e Redação.

» Alexandre Daumerie, professor de Letras.

» Édson Correa, professor e doutor em Língua Portuguesa.

» Marcelo de Jesus Cortez, advogado e professor – com experiência docente há mais de dez anos para concursos públicos.

» Michelle Mendes, professora de Literatura e Produção Textual.

» Sérgio Casimiro, professor de Língua Portuguesa e Redação e mestre em Estudos Linguísticos pela UNESP.

Orçamento Público

Introdução ao estudo

O orçamento público é o instrumento que o governo dispõe para organizar suas receitas e despesas. Tal assunto possui muita importância para os cidadãos, pois as receitas são representadas principalmente pelos impostos que os contribuintes pagam ao governo, já as despesas representam as aplicações que este (governo) realiza para a melhoria daqueles (cidadãos), tais como os serviços públicos de saúde, educação, segurança, transporte, dentre outros.

Salienta-se que o assunto "orçamento público" é objeto de estudo do direito financeiro, pois atua sobre as receitas e despesas públicas. Tal ramo do direito é regulamentado por normas expressas na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) e na Lei 4.320/1964.

Ademais, o assunto também é alvo da administração, a qual se preocupa em organizar as atividades que abrangem a captação de dinheiro da sociedade e a sua aplicação em benefício desta. Aqui, há um ramo conhecido como administração financeira e orçamentária. Nesse sentido, pode-se citar a atuação dos seguintes órgãos: Receita Federal do Brasil - responsável por arrecadar tributos; Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - responsável por organizar as receitas e despesas no orçamento público; e Secretaria do Tesouro Nacional - responsável por liberar o dinheiro para pagamento das contas públicas.

Assim, tal estudo fornece o entendimento do dinheiro que sai do bolso do cidadão, na forma de receita pública, e das benfeitorias que chegam para este, na forma de despesa pública.

Definição de Orçamento público

É a autorização dada pelo Poder Legislativo (PL) ao Poder Executivo (PE) na qual há previsão de receita e fixação de despesa.

Essa autorização evidencia a vontade do povo para gastar seu próprio dinheiro, pois os representantes deste (povo) atuam no PL, a saber: vereadores, deputados e senadores. Os autorizados – prefeitos, governadores e presidente da república – a aplicar o dinheiro são responsáveis por executar a maioria dos serviços públicos, pois atuam no PE.

Classificação

Ao se considerar os Poderes envolvidos na elaboração do orçamento público, este pode apresentar três tipos:

a) Legislativo
b) Executivo
c) Misto

O Legislativo possui as etapas de elaboração, votação e aprovação do orçamento na competência do PL, cabendo ao PE apenas sua execução. Este tipo foi adotado na CF/1891.

O Executivo possui a elaboração, a aprovação, a execução e o controle na competência do PE. Adotado na CF/1937 – golpe de estado.

O Misto é o tipo adotado na atual CF/1988 e possui a elaboração e a execução na competência do PE, cabendo a votação e o controle ao PL.

Observem que o tipo de orçamento está relacionado ao regime de governo: se ditatorial, orçamento executivo; se democrático, orçamento misto.

Questão 1 – (CESPE/TCE – Agente) No Brasil, adota-se o orçamento misto, visto que sua elaboração é competência do Poder Executivo, e sua votação e controle são competências do Poder Legislativo.

Comentário: O orçamento misto é elaborado pelo Poder Executivo, tendo sua aprovação e controle realizados pelo Poder Legislativo. Resposta: Questão Correta.

Ao se considerar a forma de observação ou ponto de vista do orçamento, este pode apresentar quatro aspectos:

a) Jurídico
b) Econômico
c) Financeiro
d) Político

Jurídico adota o orçamento como uma lei formal e de efeitos concretos, na qual a maioria das despesas são impositivas (obrigatórias), apesar de parte da doutrina entender como autorizativas.

Econômico o adota como plano de ação governamental, capaz de intervir na atividade econômica ao gerar emprego e renda para a sociedade.

Financeiro o adota como execução do trânsito de entrada (ingresso) e saída de dinheiro (desembolso), evidenciando o fluxo de caixa do governo.

Político o adota como a definição de prioridades estabelecidas pelo governo pela inclusão e realização dos principais programas governamentais no plano de ação (orçamento).

Questão 2 – (CESPE/MDIC – Agente Administrativo) A função política do orçamento diz respeito ao estabelecimento do fluxo de entrada de recursos obtidos por meio da arrecadação de tributos, bem como da saída de recursos provocada pelos gastos governamentais.

Comentário: A função financeiro do orçamento é que trata do fluxo de entrada e saída de dinheiro. Resposta: Questão Errada.

Técnicas Orçamentárias

As técnicas orçamentárias são resultados da evolução orçamentária e evidenciam principalmente três espécies de orçamento:

a) tradicional
b) de desempenho
c) programa

Ao se considerar como critério o fato de o orçamento enfatizar o planejamento, surgem esses três modelos.

Orçamento Clássico (Tradicional) não enfatiza o planejamento e visa a suprir áreas meio do governo, por não destacar a entrega de serviços à sociedade e não verificar (controlar) o resultado dessa entrega. Possui as seguintes características: foco no controle político, aquisição de meios (gastos com manutenção), adota como critérios classificatórios de gastos as unidades administrativas (quem gasta) e os elementos (objeto de gasto).

Orçamento de Desempenho (Realizações) enfatiza as realizações governamentais, embora seja desvinculado do planejamento. Possui as seguintes características: considera as unidades de desempenho, preocupação com o resultado dos gastos por se liberar do modelo anterior.

Orçamento-Programa é vinculado ao planejamento econômico e social do governo, evidenciado pelo Plano Plurianual - PPA. Possui as seguintes características: foco no controle econômico, visa à realização de objetivos e metas; adota como critério de classificação o funcional (área de atuação do governo, exemplo: saúde) e por programas; considera todos os custos dos programas e verifica (controla) o resultado das ações mediante indicadores de desempenho.

Questão 3 – (CESPE/STM – Técnico Judiciário) Os objetivos e propósitos, os programas e seus custos e as medidas de desempenho são componentes essenciais do orçamento-programa.

Comentário: O orçamento-programa pauta-se em objetivos, custos e medidas de desempenho. Resposta: Questão Correta.

Princípios orçamentários

Os princípios orçamentários visam a estabelecer regras básicas, a fim de conferir racionalidade e eficiência aos processos de elaboração, execução, avaliação e controle do orçamento público. Os principais princípios são:

a) Legalidade
b) Unidade
c)Universalidade
d) Anualidade
e) Exclusividade
f) Especificação
g) Não afetação
h) Orçamento bruto
i) Equilíbrio

Legalidade expressa que o orçamento é uma lei, a Lei Orçamentária Anual (LOA). Possui fonte jurídica expressa na CF/1988 (constitucional), Inciso III do art. 165 e art. 37.

Unidade ou Totalidade determina a existência de uma única LOA para cada ente político a fim de evitar a existência de múltiplos orçamentos no âmbito da mesma pessoa política. Nesse sentido, a União deve apresentar

uma única LOA, o Estado de São Paulo também deve ter uma LOA, assim como o Município de Goiânia deve apresentar uma LOA. Possui fonte jurídica legal no art. 2° da Lei n° 4.320/64.

Questão 4 – (CESPE/TRT/DF – Técnico Judiciário) De acordo com o princípio da unidade, o ente governamental deve dispor de apenas um orçamento, que inclua todas as receitas estimadas e despesas fixadas pelo Estado.

Comentário: O princípio da unidade determina que o ente político deve dispor de apenas um orçamento. Resposta: Questão Correta.

Universalidade estabelece que todas as receitas e as despesas devem constar na LOA de cada ente federado. Possui fonte constitucional, no § 5o do art. 165, e legal, no art. 2° da Lei n° 4.320/64.

Questão 5 – (CESPE/TRT/AP – Técnico Judiciário) O princípio orçamentário que possibilita ao Poder Legislativo conhecer, a priori, todas as receitas e despesas do governo e que impede o Poder Executivo de realizar qualquer operação de receita e despesa sem prévia autorização parlamentar, salvo as exceções, denomina-se princípio

a) da universalidade.
b) da exclusividade.
c) da unidade.
d) da não afetação.
e) do orçamento bruto.

Comentário: O princípio orçamentário que trata de todas as receitas e despesas é o princípio da universalidade. Resposta: "A".

Anualidade ou Periodicidade representa um período de tempo para considerar a realização de receitas e despesas. Possui fonte constitucional, no Inciso III do art. 165, e legal, no citado art. 2°. O período de tempo é o exercício financeiro e, conforme o art. 34 da Lei n° 4.320/64, este coincidirá com o ano civil (01/ Jan a 31/ Dez).

Exclusividade estabelece que a LOA deve conter somente assuntos de matéria orçamentária, ou seja, relativos à previsão de receita e à fixação de despesa. Apresenta duas exceções: a autorização para a abertura de créditos suplementares; e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita orçamentária (ARO). Possui fonte constitucional prevista no § 8o do art. 165.

Questão 6 – (FCC/TRT-11a – Técnico - 2012) O princípio orçamentário que determina que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de receita, não se incluindo nessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, é denominado princípio da

a) especificação.
b) isonomia.
c) exclusividade.
d) anualidade.
e) não afetação de receitas.

Comentário: O princípio da exclusividade veda a inclusão de matérias estranhas à previsão de receita e à fixação de despesa, salvo créditos suplementares e contratação de operações de crédito. Resposta: "C".

Especificação ou Discriminação estabelece que as contas devem ser classificadas e detalhadas para vedar a inserção de dotações globais na LOA. Apresenta duas exceções: a reserva de contingência; e os programas especiais de trabalho (PET). Possui fonte legal no art. 5° e art. 15 da Lei n° 4.320/64.

Não afetação de impostos veda a vinculação dos impostos a órgão, fundo ou despesa. Apresenta sete exceções constitucionais: transferências constitucionais de impostos referentes aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE e FPM); ensino; saúde; atividades da administração tributária; garantias a operações de créditos por ARO; vinculação de impostos Estaduais e Municipais para prestação de garantia ou contragarantia à União; e para pagamento de débitos para com esta. Possui fonte constitucional prevista no Inciso IV e § 4o do art. 167.

Questão 7 – (CESPE/ANTT – Técnico) O impedimento à apropriação de receitas de impostos, com exceção das ressalvas previstas na Constituição Federal de 1988 (CF), tipifica o princípio da não vinculação das receitas.

Comentário: O princípio da não vinculação das receitas impede a apropriação dos impostos, considerando as exceções constitucionais. Resposta: Questão Correta.

Orçamento bruto determina a inclusão de valores brutos e totais a fim de vedar quaisquer deduções na LOA, ou seja, proíbe a inclusão de importâncias líquidas. Possui fonte legal no art. 6° da Lei n° 4.320/64. Salienta-se que tal princípio aplica-se principalmente na transferência de recursos entre entes políticos, medida que decorre da repartição das receitas tributárias.

Equilíbrio expressa que o orçamento deve ter suas receitas e despesas balanceadas no aspecto contábil (formal). No aspecto material, ocorre um desequilíbrio (orçamento deficitário) quando há a receita de operação de credito, que representa um déficit embutido no orçamento, por utilizar recursos emprestados de terceiros. Possui fonte jurídica doutrinária apesar de a legislação o explicitar de modo indicativo, o que não proíbe a ocorrência de déficit.

Ciclo Orçamentário

O ciclo orçamentário ou processo de orçamentação refere-se ao funcionamento do orçamento público e compreende período de tempo em que são desempenhadas as etapas de planejamento, execução e controle. O ciclo orçamentário compreende basicamente quatro etapas:

a) Elaboração da Proposta Orçamentária;
b) Discussão, Votação e Aprovação da Lei do Orçamento;
c) Execução Orçamentária e Financeira;
d) Controle e Avaliação da Execução Orçamentária.

Dica

Não confundir ciclo orçamentário com exercício financeiro, este restringe-se ao ano civil, aquele envolve um período de tempo maior.

Questão 8 – (CESPE/ MDIC – Agente Administrativo) A duração do ciclo orçamentário é superior a um exercício financeiro, ou seja, o ciclo orçamentário não coincide com o ano civil.

Comentário: O ciclo orçamentário corresponde a um período maior que um exercício financeiro (ano civil). Resposta: Questão Correta.

Etapa 1 - Inicia-se com a criação por cada Unidade Orçamentária (UO) da sua proposta parcial de orçamento, que deverá ser consolidada a nível de órgão setorial.

Em seguida, essas propostas setoriais, incluindo as dos órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, serão remetidas ao órgão central do sistema de orçamento - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) no caso do governo federal, objetivando uma nova consolidação a nível geral. Surge, a partir daí, a Proposta Orçamentária consolidada, a qual resultará no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA. Em síntese, temos como objetos as propostas orçamentárias e o PLOA, e como sujeitos as UO, as Setoriais Orçamentárias e o MPOG.

Etapa 2 – Os projetos de lei ao orçamento anual (PLOA) e os de créditos adicionais (PLCA) serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

No âmbito federal, existe um órgão para tratar de assuntos orçamentários, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), cuja competência é examinar e emitir parecer sobre os projetos de leis financeiras e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

Aqui, podem ocorrer emendas ao PLOA, as quais serão apresentadas na CMO, órgão competente para emitir o parecer, e em seguida serão apreciadas nos Plenários das duas casas do Congresso Nacional. Tais emendas subordinam-se a restrições legais, a saber: estar compatíveis com a programação do PPA e com a LDO, indicar a fonte de recursos e ser relacionadas à correção de erros ou omissões e com os dispositivos do texto do PLOA (pertinentes aos assuntos orçamentários). Salienta-se que não cabem emendas que incidam sobre dotações para pessoal, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.

Questão 9 – (FCC/TRE-PB – Técnico) De acordo com a Constituição Federal de 1988, no processo de estudo e aprovação da Lei Orçamentária pelo Poder Legislativo, existe a possibilidade de o parlamentar propor emendas de despesa desde que, entre outras regras constitucionais, sejam indicados os recursos para viabilizá-las. Uma das fontes de recursos é

a) o excesso de arrecadação do exercício da apresentação da proposta orçamentária.

b) a anulação de despesa com pessoal e encargos sociais do projeto de lei orçamentária.

c) o superávit financeiro do exercício anterior à proposta orçamentária.

d) o superávit corrente do exercício de apresentação da proposta orçamentária.

e) a anulação de despesas com material de consumo do projeto de lei orçamentária.

Comentário: As emendas ao PLOA somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre dotações para pessoal e encargos sociais. Desse modo, a única fonte é a anulação do gasto com material de consumo, tendo em vista a proibição expressa no § 3°, II do Art. 166 da CF/88. Resposta: "E".

Caso o Presidente da República queira modificar os PLOA e PLCA, ele poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional enquanto não iniciada a votação, na CMO, da parte cuja alteração é proposta.

Etapa 3 – O cumprimento da LOA dentro do exercício financeiro, ou seja, a realização de receitas e despesas. Caso as etapas anteriores ocorram nos prazos fixados na CF/88, a LOA terá vigência a partir do início do exercício financeiro (01/Jan), e os órgãos poderão iniciar sua execução logo após a publicação

do Decreto de Programação Orçamentária Financeira (DPOF), instrumento que detalha a LOA e por isso é tido como orçamento analítico. Para utilizar a LOA, o MPOG dota de créditos orçamentários os órgãos que, a partir desse momento, podem efetivamente executar os seus programas de trabalho e entregar serviços para a sociedade. Destaca-se o acompanhamento da execução realizado principalmente pelo Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), o qual é previsto na CF/88, e visa a garantir o plano de gastos previsto na LOA.

Etapa 4 – O acompanhamento e a avaliação do processo orçamentário, com ênfase para a fase de execução. Possui o propósito de contribuir para melhoria da qualidade da elaboração de uma nova proposta orçamentária e da sua execução, aperfeiçoando o planejamento das finanças públicas. O controle da execução orçamentária pode ser dividido em interno, quando realizado por agentes integrantes do próprio Poder controlado, ou externo, quando realizado por agentes integrantes de Poder diferente daquele controlado. Salienta-se que o titular do controle externo da Administração Pública é o Poder Legislativo – Congresso Nacional no caso da União, o qual é auxiliado tecnicamente pelo Tribunal de Contas de União (TCU), contribuindo mediante seus Relatórios de Auditoria. O controle interno do Poder Executivo Federal cabe à Controladoria-Geral da União (CGU).

Questão 10 – (CESPE/MDIC – Agente Administrativo) O controle externo da execução orçamentária realizada pelo MDIC constitui atribuição da Controladoria-Geral da União, conforme previsão constitucional.

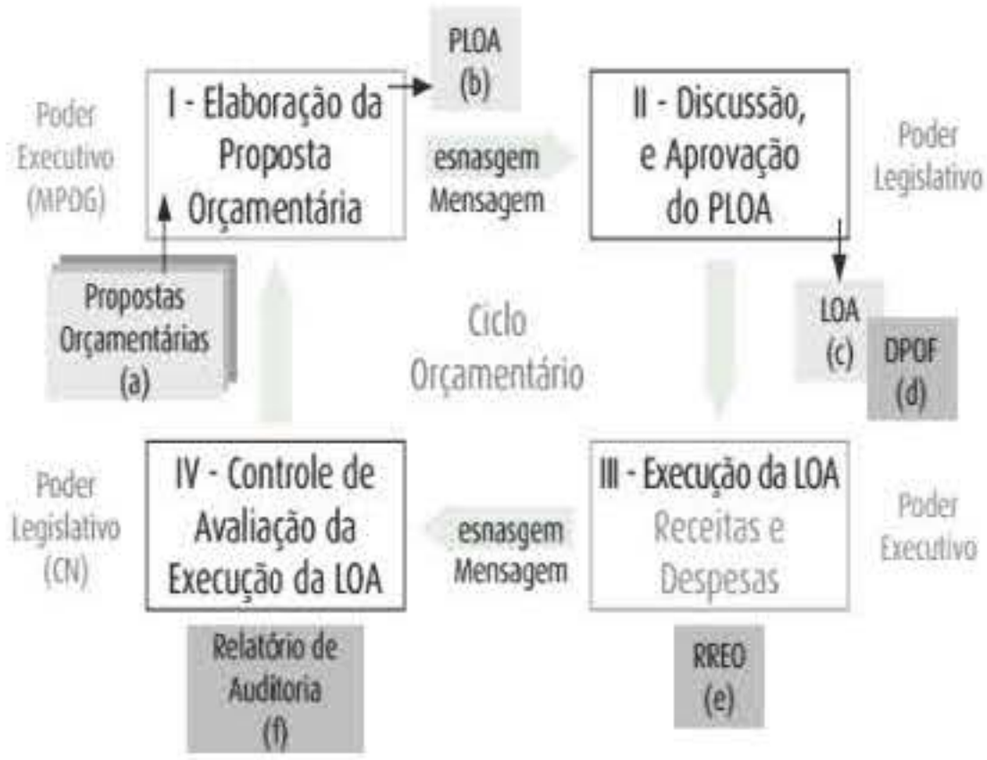
Comentário: Resposta: O controle interno do Poder Executivo Federal, do qual o MDIC é um órgão, cabe à CGU, já o controle externo cabe ao Congresso Nacional. Questão Errada.

Prazos

Os prazos de tramitação das leis financeiras para a União estão dispostos na CF/88, sendo sintetizados na tabela a seguir:

Lei	Prazo de ENVIO (Poder EXECUTIVO)	Prazo de DEVOLUÇÃO (Poder LEGISLATIVO)	Período de Abrangência
PPA	até 4 meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro (31/Ago)	encerramento da sessão legislativa (22/Dez)	Quadrienal
LDO	até 8 meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro (15/Abr)	até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa (17/Jul)	Anual
LOA	até 4 meses antes do encerramento do exercício financeiro (31/Ago)	encerramento da sessão legislativa (22/Dez)	Anual

Ciclo Orçamentário



O orçamento público no Brasil

A República Federativa do Brasil é um Estado de Direito, demonstrando que sua atividade orçamentária está fundamentada nas leis (CF/88, LRF e Lei 4.320/64).

Plano Plurianual (PPA) na Constituição Federal

O PPA será estabelecido por projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo e a respectiva lei estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas (DOM) da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Questão 11 – (CESPE/ANTT – Técnico Administrativo) O PPA é o instrumento de planejamento utilizado no setor público. Nele devem ser estabelecidas, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

Comentário: O plano (PPA) é produto do planejamento e estabelece o DOM de modo regionalizado para as despesas de capital e outras delas decorrentes, como o respectivo custeio. Resposta: Questão Correta.

Seu trâmite segue os seguintes prazos: de envio ao Poder Legislativo (até 31/Ago do primeiro ano de mandato) e de devolução pelo CN (até 22/Dez). Sua vigência é quatro anos e seu processo é coordenado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI/MPOG.

Dica

A vigência do PPA (4 anos) não coincide com a vigência do mandato do Chefe do Executivo (4 anos), vez que aquela se inicia no 2o ano de mandato e termina no 1o ano do mandato seguinte.

Em relação aos programas de duração continuada, destaca-se que os investimentos que ultrapassarem um exercício financeiro só poderão ser iniciados se previamente incluídos no PPA, ou em lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

O PPA atua como parâmetro dos planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na CF/88, vez que estes devem estar em consonância com aquele (PPA).

Diretrizes orçamentárias na Constituição Federal

A LDO será estabelecida por projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo e a respectiva lei:

a) compreenderá as metas e prioridades (MP) da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;

b) orientará a elaboração da lei orçamentária anual (Etapa 1 do Ciclo Orçamentário);

c) disporá sobre as alterações na legislação tributária; e

d) estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Questão 12 – (CESPE/TRT/8a – Técnico) O instrumento previsto na CF no qual se enfatizam prioridades e metas e mediante o qual são operadas mudanças na legislação tributária, definidas políticas de financiamento para as agências de fomento e relacionadas despesas de capital denomina- se de

a) plano plurianual.
b) lei orçamentária anual.
c) lei de diretrizes orçamentárias.
d) Lei de Responsabilidade Fiscal.
e) plano de longo prazo.

Comentário: A LDO é o instrumento que dispõe sobre metas e prioridades (MP) incluindo as despesas de capital, alterações na legislação tributária e política de fomento. Resposta: "C".

Seu trâmite segue os seguintes prazos: de envio ao Poder Legislativo (até 15/Abril) e de devolução pelo CN (até 17/Jul). Sua vigência é anual.

A LDO atua no controle da despesa com pessoal dos entes políticos, vez que só poderão ser feitas a autorização para a concessão ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão ou contratação de pessoal, se houver autorização específica na LDO, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista que não dependem de recursos da União.

Teve sua importância destacada pela LRF, devido ao incremento atribuições, bem como dos Anexo de Metas Fiscais (AMF) e Anexo De Riscos Fiscais (ARF).

Orçamento anual na Constituição Federal

A LOA será estabelecida por projeto de lei (PLOA) de iniciativa do Chefe do Poder Executivo e compreenderá:

a) o orçamento fiscal (OF) referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

b) o orçamento de investimento das empresas (OIE) em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

c) o orçamento da seguridade social (OSS), abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Dessas três peças, as duas primeiras terão, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional. Por outro lado, é vedada a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos da primeira e da terceira (OFSS) para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados nas alíneas "a" e "c" .

Questão 13 – (CESPE/Auditor-TCU) O presidente da República pode, mediante decreto, ainda que sem autorização legislativa, utilizar recursos do orçamento fiscal para suprir necessidade de empresa pública federal.

Comentário: A regra é a vedação da utilização de recursos do OF para suprir necessidade de empresa pública, salvo a autorização legislativa específica. Resposta: Questão Errada.

O PLOA será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia a fim de evidenciar o equilíbrio orçamentário decorrente de benefícios concedidos pelo governo à sociedade. O seu trâmite segue os seguintes prazos: de envio ao Poder Legislativo (até 31/Ago) e de devolução pelo CN (até 22/Dez). Sua vigência é anual.

Com o intuito de cumprir com o planejamento na Administração Pública, são vedados o início de programas ou projetos não incluídos na LOA.

Créditos ordinários e adicionais

Créditos ordinários são os aspectos que caracterizam as despesas públicas quando da publicação da LOA (orçamento no início do ano); já os créditos adicionais são os aumentos desses gastos decorrentes de situações ocorridas após a publicação da LOA (orçamento durante o ano). Salienta-se que é vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais. Assim, observa-se que tais créditos atuam como limite do gasto público, o que veda também a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

Destaca-se que as mudanças na LOA não decorrem apenas dos créditos adicionais, existindo também as reformulações da LOA mediante a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, as quais são vedadas via de regra, salvo no caso de prévia autorização legislativa .

Créditos adicionais

São créditos adicionais as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Os créditos adicionais são classificados em três tipos:

a) Suplementar
b) Especial
c) Extraordinário

Questão 14 – (CESPE/ MDIC – Agente Administrativo) Durante o exercício financeiro, a lei orçamentária anual pode ser retificada devido a aprovação de créditos adicionais suplementares, especiais ou extraordinários.

Comentário: Os créditos adicionais são alterações de gastos da LOA ocorridas orçamento durante o ano. São classificados em três tipos: suplementares, especiais ou extraordinários. Resposta Correta.

Suplementar é destinado ao reforço da dotação orçamentária, atuando sobre os créditos ordinários INSUFICIENTES. Sua vigência é vinculada ao exercício financeiro em que forem abertos, não podendo ser prorrogado.

Especial é destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, evidenciando créditos INEXISTENTES na LOA. Sua vigência é vinculada ao exercício financeiro em que forem abertos, mas pode ser prorrogado.

Os créditos suplementares e especiais possuem aspectos comuns em sua forma de criação, pois serão autorizados por lei, abertos por decreto executivo dependentes da existência de recursos disponíveis e precedidos de exposição justificativa. Desse modo, é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Questão 15 – (CESPE/ANTT – Técnico Administrativo) A abertura dos créditos suplementares e especiais não depende necessariamente da existência de recursos disponíveis para atender a despesa, mas, sim, da devida justificativa.

Comentário: A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis. Resposta: Questão Errada.

Extraordinário é destinado somente para despesas IMPREVISÍVEIS E URGENTES, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, evidenciando créditos INEXISTENTES na LOA e não passíveis de planejamento. Salienta-se que as situações descritas acima são exemplificativas, não excluindo outras. Sua abertura ocorre, por meio de Medida Provisória, no caso da União, e tais créditos também podem ser prorrogados.

Questão 16 – (CESPE/TCDF – Técnico Administrativo) Caso o governo federal precise realizar gasto urgente e imprevisto, decorrente, por exemplo, da necessidade de atendimento às vítimas do desabamento de uma ponte em rodovia federal, poderá ser aberto crédito extraordinário por meio de medida provisória.

Comentário: o crédito extraordinário é para gasto urgente e imprevisível, sendo aberto por medida provisória no caso do governo federal. Resposta: Questão Correta.

Os créditos especiais e extraordinários possuem aspecto comum em suas vigências, vez que vigoram no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício (setembro a dezembro), caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Dica

A prorrogação dos créditos especiais e extraordinários representa exceção ao princípio orçamentário da anualidade.

As fontes de recursos para abertura de créditos adicionais são exigidas para o suplementar e o especial, podendo ser utilizadas as seguintes: o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior (I); o excesso de arrecadação apurado no balanço orçamentário (II); os resultantes de anulação de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei (III); o produto de operações de crédito autorizadas (IV); e a reserva de contingência (V). Destaca-se que os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do PLOA, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

A tabela a seguir sintetiza os tipos de créditos adicionais e suas características:

	Suplementar	Especial	Extraordinário
Característica	REFORÇO da dotação	Despesa ou programa NOVO	Despesas IMPREVISÍVEIS E URGENTES como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública
Autorização Legislativa	Necessária e prévia por meio da LOA ou de Lei específica	Necessária e prévia por meio de Lei específica	Posterior, pois é enviada imediatamente após a publicação da Medida Provisória (MPV)
Abertura	Decreto	Decreto	MPV
Vigência	Estrita ao exercício financeiro	Estrita ao exercício, podendo ser prorrogada	Estrita ao exercício, podendo ser prorrogada
Fonte de Recursos	Deve ser indicada	Deve ser indicada	Pode ser indicada

Programação e execução orçamentária e financeira

O Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF) dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e o cronograma mensal de desembolso, sendo o mecanismo utilizado para limitação dos gastos do Governo Federal. Seu objetivo é estabelecer um cronograma de empenhos e de pagamentos para o Governo Federal, bem como assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas ao longo do exercício financeiro. A programação orçamentária e financeira consiste na compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando ao ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados e da arrecadação, tendo em vista a possibilidade de corte de gastos no decorrer do exercício (contingenciamento).

Descentralização orçamentária e financeira

Essa descentralização evidencia a integração orçamentária e financeira, lembrando que existem dois lados: o de planejamento (orçamentário) e o de execução (financeiro).

A descentralização orçamentária é a transferência de créditos de uma Unidade Orçamentária (UO) para outra. A depender do destino, é classificada em três tipos:

a) Dotação
b) Destaque
c) Provisão

Dotação é a descentralização do órgão central (MPOG) para os órgãos setoriais, sendo formalizada por um documento tido por Nota de Dotação (ND).

Destaque é a descentralização externa do órgão setorial para OUTROS órgãos ou entidades, pois possuem estrutura administrativa diferente, sendo formalizada pela Nota de Lançamento de Crédito (NC).

Provisão é a descentralização interna para o MESMO órgão, pois ocorre dentro da própria estrutura administrativa, sendo formalizada pela Nota de Lançamento de Crédito (NC).

Questão 17 – (CESPE/TRT-8ª – Técnico Judiciário) A descentralização interna de crédito realizada durante o processo de execução previsto no ciclo orçamentário é denominada

a) destaque.
b) dotação.
c) repasse.
d) sub-repasse.
e) provisão.

Comentário: A descentralização interna de crédito é denominada provisão. Resposta: "E".

A descentralização financeira é a transferência de recursos financeiros (dinheiro) de uma Unidade Gestora (UG) para outra e, a depender do destino, é classificada em três tipos:

a) Cota
b) Repasse
c) Sub-repasse

Cota é a movimentação do órgão central (STN) para os órgãos setoriais.

Repasse é a movimentação externa do órgão setorial para OUTROS órgãos ou entidades.

Sub-repasse é a movimentação interna para o MESMO órgão. Os três atos são formalizados pela Ordem Bancária (OB).

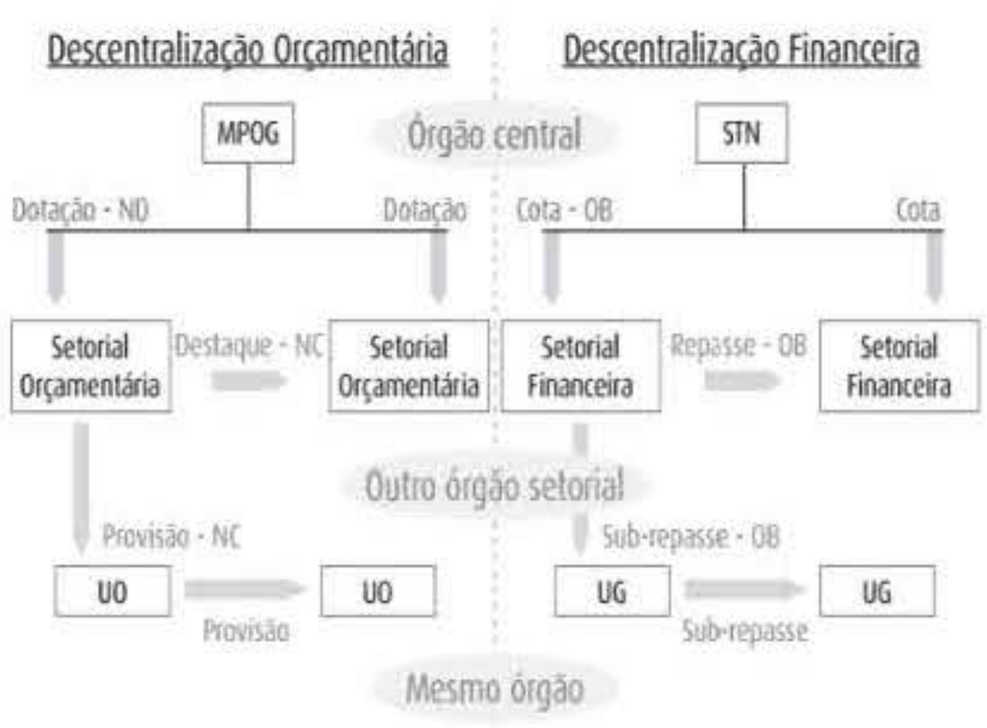
Questão 18 – (CESPE/DPU – Contador) O repasse ocorre quando a liberação de recursos se efetua entre unidades gestoras de um mesmo órgão ou entidade.

Comentário: O repasse ocorre para outro órgão ou entidade, a provisão é que se refere ao mesmo órgão. Resposta: Questão Errada.

Dica

As bancas costumam misturar os conceitos de atos orçamentários (Dotação, Destaque e Provisão) com os de atos financeiros (Cota, [Sub]Repasse).

Com o propósito de estabelecer, de forma objetiva, o inter-relacionamento entre a execução orçamentária e a execução financeira, demonstram-se a seguir os pontos comuns entre as respectivas descentralizações.



Destaca-se que é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação ou órgão para outra(o), sem prévia autorização legislativa. O intuito é ter uma lei que estabeleça previamente a mudança de créditos de um de programa/órgão para outro, para em seguida ocorrer a mudança de recursos financeiros, demonstrando o princípio orçamentário do não estorno.

A STN deve entregar os recursos financeiros correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.

Receita pública

É o ingresso de recursos financeiros nos cofres do Estado, que se desdobram em receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, e em ingressos extraorçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias. As primeiras são aplicadas na prestação de serviços à sociedade; já as segundas devem ser devolvidas, pois não pertencem ao governo, podendo citar como exemplo os depósitos em caução de licitantes e as operações de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO).

Classificação segundo a natureza

Visa identificar a origem do recurso de acordo com o seu fato gerador, se decorrente, por exemplo, de um imposto (receita tributária) ou de um aluguel (receita patrimonial). Evidencia dados da receita em seu nível mais detalhado, cumprindo com o princípio da especificação. Sua codificação é composta por seis níveis:

a) Categoria econômica
b) Origem
c) Espécie
d) Rubrica
e) Alínea
f) Subalínea

Dica

C O E R A S

Destacam-se os dois primeiros níveis por serem mais exigidos em provas de concurso.

A categoria econômica é uma classificação da receita quanto a seu impacto econômico, sendo dividida em dois tipos: receita corrente e receita de capital. A origem detalha a categoria econômica, sendo em número de oito para a receita corrente e cinco para a de capital.

As origens da receita corrente são: Tributárias, Contribuições, Patrimoniais, Agropecuárias, Industriais, Serviços, Transferências Correntes, e Outras Receitas Correntes.

Dica

Tri Co P A I S Trans Ou

A receita tributária abrange três espécies: impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Questão 19 – (CESPE/UNIPAMPA – Administrador) A receita tributária engloba as contribuições sociais e econômicas.

Comentário: A receita tributária (Tri) engloba as contribuições de melhoria, cujo fato gerador é a valorização de imóveis decorrente de obras públicas; as contribuições sociais e econômicas são englobadas pela receita de contribuições (Co). Resposta: Questão Errada

As origens da receita de capital são: Alienação de Bens, Operações de Crédito, Amortização de Empréstimos, Transferências de Capital, e Outras Receitas de Capital.

Dica

Al O Amor Trans Ou

Destaca-se que é vedada a realização de operações de créditos (empréstimos tomados pelo governo) que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta (Regra de Ouro).

Questão 20 – (CESPE/TRT/8ª – Analista Judiciário) Classificam- se como receitas correntes e receitas de capital, respectivamente,

a) a receita de serviços e a receita industrial.
b) a receita tributária e a receita patrimonial.
c) as receitas de concessões e permissões e as receitas de valores mobiliários.
d) a alienação de bens e a receita de contribuições.
e) a receita agropecuária e a amortização de empréstimos.

Comentário: A receita agropecuária é uma receita corrente, a amortização de empréstimos é uma receita de capital. Resposta: "E".

Estágios

São as etapas percorridas pela receita pública até o seu recolhimento na Conta Única do Tesouro Nacional (CUTN), devendo obedecer ao princípio financeiro da unidade de caixa. As etapas da receita orçamentária são divididas em quatro partes:

a) Previsão
b) Lançamento
c) Arrecadação
d) Recolhimento

Previsão é a etapa da receita voltada para sua estimativa (Fases I e II do Ciclo Orçamentário), devendo considerar aspectos econômicos, tais como variações no índice de preços (ΔP) e na quantidade de transações (ΔPIP), bem como mudanças nas legislações tributarias (Legs.).

Lançamento é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta. São objeto de lançamento as rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato. Observa-se que nem todas as receitas percorrem essa etapa, a exemplo das doações.

Arrecadação é a entrega de recursos pelos devedores (contribuintes) ao Tesouro Nacional, ocorrendo nas agências bancárias autorizadas pelo ente político.

Recolhimento é a transferência dos valores arrecadados pelas agências bancárias à conta específica do Tesouro, cuja responsabilidade é a administração financeira do dinheiro público. Essa etapa em relação a todas as receitas deve ser realizada, via de regra, em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

Questão 21 – (CESPE/MDIC – Analista Administrativo) A ordem sistemática das etapas da receita inicia-se com a etapa de previsão e termina com a etapa de arrecadação.

Comentário: A etapa da receita inicia-se com a etapa de previsão e termina com a etapa do recolhimento. Resposta: Questão Errada

A tabela a seguir sintetiza as etapas da receita e suas características:

Fase I e II do Ciclo Orçamentário PLANEJAMENTO	Fase III do Ciclo Orçamentário EXECUÇÃO		
Previsão	Lançamento	Arrecadação	Recolhimento
Legs. + ΔP + ΔPIP	Ato administrativo	Ato do contribuinte	Ato dos bancos

Despesa pública

É o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. O dispêndio é tipificado em orçamentário e extraorçamentário, o primeiro (despesa orçamentária) é toda transação que depende da autorização legislativa, na forma de dotação orçamentária, para ser efetivada; o segundo (desembolso) é a restituição de ingresso extraorçamentário, podendo citar como exemplo as devoluções de depósitos em caução de licitantes, de valores de operações de crédito por ARO, e os pagamentos de restos a pagar.

Pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas.

Salienta-se que a despesa pública submete-se a proibições constitucionais, tais como a vedação à instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa; a vedação à transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; a vedação à utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais patronal e do empregado para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social.

Classificação segundo a natureza

A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, compõe-se de três partes:

a) Categoria Econômica
b) Grupo de Natureza
c) Elemento de Despesa

Categoria Econômica é uma classificação da despesa que a divide em dois tipos: despesa corrente e despesa de capital; esta contribui, diretamente, para a aquisição de um bem de capital. A primeira não, pois está relacionada ao custeio.

Grupo de Natureza é um agregador de elementos de despesa com características comuns, sendo dividido em seis grupos: 1 – Pessoal e Encargos Sociais, 2 – Juros e Encargos da Dívida, 3 – Outras Despesas Correntes, 4 – Investimentos, 5 – Inversões financeiras, 6 – Amortização da Dívida. Os três primeiros referem-se a despesas correntes; os três últimos, a despesas de capital.

Questão 22 – (CESPE/CNJ – Técnico) Se um ente governamental realizar despesa que tenha como objetivo o custeio de servidores públicos com atividade ligada à manutenção predial, então esses recursos serão classificados como despesas de capital.

Comentário: O custeio de servidores públicos com atividade ligada à manutenção

predial é despesa corrente, pois está relacionada à atividade de manutenção (custeio) de órgão público. Resposta: Questão Errada

Questão 23 – (CESPE/CNJ – Técnico) Em relação à categoria econômica, as despesas realizadas pelo IBAMA com a aquisição de veículos serão classificadas como despesa de capital.

Comentário: A aquisição de veículos é classificada como investimento por se tratar de material permanente conforme Artigo 12, § 4º da Lei 4.320/64; logo, é uma despesa de capital. Resposta: Questão Correta

Dica

As bancas costumam misturar os tipos de despesas correntes com despesas de capital.

Elemento é o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução dos seus fins, ou seja, é o detalhamento do gasto, evidenciando o objeto de aquisição.

Questão 24 – (CESPE/AGU – Administrador) O elemento de despesa é uma das subdivisões da classificação da despesa pública segundo sua natureza.

Comentário: A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, possui como subdivisão o elemento do gasto. Resposta: Questão Correta

A Natureza da Despesa (ND) será complementada pela informação gerencial denominada "modalidade de aplicação", a qual tem por finalidade indicar se os recursos financeiros são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades e objetiva, precipuamente, possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

Desse modo, o conjunto de informações que constitui a natureza de despesa orçamentária forma um código estruturado de seis dígitos, que agrega a categoria econômica, o grupo, a modalidade de aplicação e o elemento.

Dica

C G MM EE

A sigla sintetiza a ND por representar quatro estruturas e seis dígitos.

Etapas e estágios

São as etapas percorridas pela despesa pública até o seu pagamento ao fornecedor, revelando a saída da Conta Única do Tesouro Nacional (CUTN). As etapas da despesa orçamentária são divididas em quatro partes:

a) Fixação
b) Empenho
c) Liquidação
d) Pagamento

Fixação é a etapa da despesa voltada para o planejamento de sua limitação, o qual abrange a descentralização de créditos, a programação orçamentária e financeira e o processo de licitação e contratação.

Empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Classificado em: global (despesa contratual e sujeita a parcelamento), estimativo (valor variável) e ordinatório (despesa de valor fixo e pagamento em uma só vez). Essa etapa é formalizada por um documento tido por Nota de Empenho (NE).

Questão 25 – (CESPE/Câmara dos Deputados – Técnico) No momento em que a despesa de pessoal for empenhada, será criada uma obrigação de pagamento para o Estado, pendente ou não de implemento de condição.

Comentário: Empenho é o ato emanado pelo ordenador de despesa que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Resposta: Questão Correta

Questão 26 – (CESPE/TCU – Técnico) O empenho ordinário é utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado; já o empenho estimativo aplica-se às despesas cujo montante não se pode determinar previamente.

Comentário: Empenho ordinário é utilizado para gastos com valor fixo e previamente determinado; estimativo para aqueles que não se pode determinar o montante previamente. Resposta: Questão Correta

Liquidação é o implemento da citada condição e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, sendo formalizada pela Nota de Lançamento de Crédito (NC).

Questão 27 – (FCC/TCE-SP – Agente de Fiscalização) Considerando as fases de processamento da despesa pública, após o empenho haverá a fase de

a) pagamento.
b) licitação.
c) ordem de pagamento.
d) liquidação.
e) reserva de dotação.

Comentário: Após o empenho haverá a fase de liquidação. Resposta: "D"

Questão 28 – (CESPE/TCU – Técnico) A despesa pública é executada em três estágios: empenho, liquidação e pagamento. A liquidação é uma garantia dada ao credor de que os valores contratados têm respaldo orçamentário.

Comentário: O empenho é a garantia de crédito dada ao credor, e não a liquidação, que é uma verificação de entrega do bem/serviço. As bancas costumam utilizar as três fases da execução da despesa, desconsiderando a etapa da fixação; logo, o primeiro período está coerente. Resposta: Questão Errada

Pagamento é entrega de numerário ao credor e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa, sendo formalizado pela Ordem Bancária (OB).

Questão 29 – (CESPE/TJ-AC – Analista) O pagamento de despesa orçamentária só será efetuado após sua regular liquidação.

Comentário: Após a regular liquidação, haverá a fase do pagamento. Resposta: Questão Correta

A tabela a seguir sintetiza as etapas da despesa e suas características:

Fase I e II do Ciclo Orça-mentário PLANEJA-MENTO	Fase III do Ciclo Orçamentário EXECUÇÃO		
Fixação	Empenho	Liquidação	Pagamento
Limite, descen-tralização, progra-mação e licitação	Ato Admi-nistrativo	Ato de ve-rificação	Ato de de-sembolso

Restos a pagar (RP)

São despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distiguindo-se as processadas das não processadas. Os RP são classificados em processados e não processados, os primeiros referem-se a despesas liquidadas; os segundos, a despesas não liquidadas. Os RP são dívidas, pois tratam de gastos ainda não pagos.

Questão 30 – (CESPE/ PREVIC – Analista) Os restos a pagar são as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.

Comentário: Os RP são despesas empenhadas, mas não pagas, por isso representam dívidas (obrigações a pagar) . Resposta: Questão Correta

Despesas de exercícios anteriores (DEA)

São despesas de exercícios encerrados que poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento atual, discriminada por elemento, e obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica. A DEA é enquadrada em três tipos: a) despesas para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria (anulação total do empenho); b) os Restos a Pagar com prescrição interrompida (protesto pelo credor dentro de 5 anos após sua inscrição); c) os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente (benefícios financeiros assegurados por lei, tal como o salário família).

Questão 31 – (CESPE/TCDF – Auditor) O pagamento de despesas de exercícios encerrados deve, sempre que possível, ser realizado em ordem cronológica.

Comentário: O pagamento despesas de exercícios encerrados deve, sempre que possível, ser realizado em ordem cronológica, conforme dispõe Art. 37 da Lei 4.320/64. Resposta: Questão Correta

Dica

As bancas costumam misturar os conceitos de Restos a pagar (RP) e de Despesas de exercícios anteriores (DEA). Lembre-se que os RP são dívidas que possuem, ao menos, o Empenho; já as DEA nem o Empenho possuíam no exercício de sua época própria.

Administração Pública

Introdução à Administração Pública

Administração Pública é o aparelho do Estado, ou seja, o instrumento que o governo dispõe para executar os serviços públicos. Em termos simples, pode-se dizer que é o "braço de execução" do governo, ao se considerar apenas estes órgãos executores chega-se ao conceito de administração pública em sentido restrito. Essa execução decorre de decisões tomadas por órgãos políticos definidores de políticas públicas. Ao incluir estes órgãos políticos, obtém-se o conceito de administração pública em sentido amplo.

Tal assunto possui muita importância para os cidadãos, pois o aparelho do Estado é o principal responsável por realizar melhorias para aqueles (cidadãos), as quais são entregues na forma de serviços públicos de saúde, educação, infraestrutura, segurança, transporte, etc.

Salienta-se que o assunto "Administração Pública" é objeto de estudo do direito administrativo, o qual regula as atividades administrativas voltadas, por exemplo, à seleção de servidores públicos, às compras, à prestação de serviços públicos. Tal ramo do direito é regulamentado por normas expressas na Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e em diversas leis, tal como a Lei dos Servidores Públicos Civis (Lei 8.121/1991), a Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/1993), a Lei de Serviços Públicos (Lei 8.987/1995), dentre outras.

Assim, tal estudo fornece o entendimento da maneira como o governo se organiza para entregar benfeitorias para o cidadão.

As formas de Administração Pública

A Administração Pública evoluiu por meio de três modelos básicos:

a) A Administração Pública Patrimonialista;
b) A Administração Pública Burocrática;
c) A Administração Pública Gerencial.

Administração Pública Patrimonialista

A Administração Pública Patrimonialista é o modo de gestão na qual o governante assume o patrimônio público como seu patrimônio particular, sendo marcado pela corrupção e nepotismo. Tais características são inaceitáveis quando o capitalismo e a democracia se tornam dominantes, exigindo que o mercado e a sociedade civil se separem do Estado.

Dica

Administração Pública Patrimonialista é um CoNe, pois é marcada pela corrupção e nepotismo.

No patrimonialismo, o aparelho do Estado (Administração Pública) funciona como uma extensão do poder do soberano ("braço do rei"), sendo que seus auxiliares (servidores) possuem status de nobreza real e os cargos são considerados prebendas (presentes) e concedidos sem cuidado (sinecura) com o merecimento. Aqui, a *res publica* (coisa pública) não é diferenciada da *res principis* (coisa do rei), marcando a confusão entre o patrimônio público e o privado, da qual decorrem fraudes e desvios de recursos públicos. Observa-se que a forma de Administração Pública Patrimonialista é ligada ao Estado Absolutista, ocorrendo no Brasil de 1821 a 1930 no Estado oligárquico.

Questão 1 – (CESPE/UNIPAMPA – Administrador) No modelo de administração pública patrimonialista, os servidores públicos possuem status de nobreza real, e os cargos funcionam como recompensas, o que contribui para a prática de nepotismo.

Comentário: No patrimonialismo, os servidores públicos possuem status de nobreza real, sendo que os cargos funcionam como recompensas (prebendas), marcando, desse modo, a prática de nepotismo. Resposta: Correta.

Questão 2 – (CESPE/MC – Técnico) O modelo da administração pública patrimonialista foi o primeiro esforço do Estado em cuidar do patrimônio público, mediante a criação de mecanismos de controle e de preservação do uso indevido dos bens do Estado pelos servidores.

Comentário: O primeiro esforço do Estado (primeira reforma) em cuidar do patrimônio público foi a implantação do modelo de administração burocrático, vez que no patrimonialismo ocorre a confusão entre o patrimônio público e o privado, por não instituir medidas de controle. Resposta: Errada.

Administração Pública Burocrática

A Administração Pública Burocrática é o modo de gestão pautado no poder racional-legal, ou seja, na adoção de normas para reger as condutas e de uso eficiente de recursos públicos. Com isso visava combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista, evidenciando sua vantagem fundamental: a efetividade no controle dos abusos. Essa forma de Administração Pública é ligada ao Estado Liberal, ocorrendo no Brasil principalmente de 1930 a 1990 no Estado Desenvolvimentista.

Dica

Administração Pública Burocrática visa retirar o CoNe (corrupção e nepotismo), por meio de normas e racionalização de recursos.

Princípios e características

Os princípios orientadores do desenvolvimento da Administração Pública Burocrática são: a) a impessoalidade; b) o formalismo; c) a profissionalização e ideia de carreira; d) a racionalidade, e) a hierarquia funcional. Desses princípios, decorrem as seguintes características do modelo burocrático:

• Caráter racional legal das normas e regulamentos e impessoalidade nas relações (princípio da impessoalidade);

• Caráter formal das comunicações e rotina e procedimentos padronizados (princípio do formalismo);

• Competência técnica e meritocracia, especialização da administração, e profissionalização dos participantes (princípio da profissionalização);

• Caráter racional na divisão do trabalho, controle administrativo a priori ou prévio e Previsibilidade do funcionamento (princípio da racionalidade);

• Hierarquia da autoridade (princípio da hierarquia).

Questão 3 - (CESPE/TJ – Técnico) O modelo de administração pública no Brasil que se baseia nos princípios da formalidade, da impessoalidade e do profissionalismo, é conhecido como modelo

a) democrático.
b) patrimonialista.
c) gerencial.
d) burocrático.
e) neoliberal.

Comentário: O modelo de administração pública burocrático é pautado nos princípios da formalidade, da impessoalidade e do profissionalismo. Salienta-se que democracia (poder do povo) e neoliberalismo (mínima intervenção do Estado na economia) não são formas de administração pública. Resposta: "D".

Questão 4 - (CESPE/MC – Técnico) Uma desvantagem do modelo de administração pública burocrática é a grande pessoalidade existente nas relações entre chefia e subordinados.

Comentário: A administração burocrática é marcada pela impessoalidade, princípio que se apresenta como vantagem em relação ao nepotismo patrimonialista. Resposta: Errada.

Sentido do termo burocracia

Burocracia significa "escritório" em latim. Por ser pautada em princípios, observa-se que burocracia é alvo da ciência social, decorrendo do estudo do economista Max Weber, que criou a Teoria da Burocracia pautada na racionalidade, ou seja, adequação dos meios aos fins pretendidos de forma a garantir a máxima eficiência possível. Aqui o sentido de burocracia é a organização administrativa por excelência (sentido teórico). O termo "burocracia" também apresenta um sentido pejorativo, conhecido pelo senso comum, que se refere ao excesso de requisitos (formalidades) para os trâmites de um processo administrativo (decisão administrativa). Aqui o sentido de burocracia é uma disfunção da forma de administração burocrática (sentido prático).

Dica

Não confundir burocracia no sentido teórico (organização por excelência) com burocracia no sentido prático (disfunção do modo de administrar burocraticamente).

Questão 5 - (CESPE/TRT – Técnico) A burocracia nos moldes weberianos é definida como o tipo ideal de organização que aplica, em sua forma mais pura, a autoridade racional-legal.

Comentário: Burocracia para Weber é definida como organização administrativa por excelência, ou seja, o tipo ideal de organização (sentido teórico de burocracia), a qual aplica o poder racional-legal. Resposta: Correta.

Disfunções da administração burocrática

Marcada por controles administrativos sempre a priori com vistas a evitar a corrupção e o nepotismo patrimonialista. A Administração Pública Burocrática parte de uma desconfiança prévia nas pessoas (administradores públicos e cidadãos que demandam serviços). Por isso são sempre necessários controles rígidos dos processos, evidenciando o excessivo controle de meios, por exemplo, na admissão de pessoal (concurso público), nas compras (licitação) e no atendimento a demandas (requisitos para entrega de serviços públicos gerando excesso de papelórios).

Salienta-se que o controle foi o principal ponto de desvantagem ("tiro no pé") do modelo burocrático, vez que representa a garantia do poder do Estado e transforma-se na própria razão de ser do funcionário, que atua como um mero verificador de requisitos legais. Como efeito, o Estado foca em si próprio ("olha apenas para seu umbigo"), perdendo a noção de sua missão básica, que é servir à sociedade: atender às demandas sociais.

Desse modo, os principais defeitos (disfunções) do modelo burocrático são:

a) Controle transforma-se na própria razão de ser do funcionário;
b) Ineficiência e autorreferência;
c) Perda da noção básica da missão de servir à sociedade;
d) Significado do interesse público é confundido com o interesse do próprio Estado (afirmação do poder do Estado);
e) Incapacidade de voltar-se para o serviço dos cidadãos, vistos como clientes.

Uma questão que se levanta em relação ao último defeito ("e") é porque o modelo burocrático perdurou por anos, apesar da desvantagem de ser incapaz de voltar-se para o serviço dos cidadãos? A resposta é que este defeito não se revelou determinante na época do surgimento da administração pública burocrática, pois os serviços do Estado eram muito reduzidos, limitando-se a manter a ordem e administrar a justiça, a garantir os contratos e a propriedade.

Administração Pública Gerencial

A Administração Pública Gerencial é o modo de gestão pautado na qualidade e eficiência (relação entre os produtos gerados com os insumos utilizados) dos serviços públicos, pautando-se no controle de resultados (a posteriori) como modo de superar os entraves do formalismo burocrático.

Surgimento

A Administração Gerencial surgiu na segunda metade do século XX, como resposta duas causas:

a) Expansão das funções econômicas e sociais do Estado;
b) Desenvolvimento tecnológico e globalização da economia mundial.

Ambas situações foram responsáveis por deixar à mostra as disfunções (problemas) associadas à adoção do modelo anterior (administração burocrática), pois a eficiência e o foco no cidadão como beneficiário de serviços públicos tornam-se essenciais, demandando, assim, uma reforma do aparelho do Estado orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade e pelo desenvolvimento de uma cultura

gerencial. Este modelo de Administração Pública é ligado ao Estado Democrático-Social, ocorrendo no Brasil principalmente a partir de 1990.

O marco da reforma gerencial no Brasil surgiu inicialmente na década de 1960 com o Decreto-Lei nº 200/1967, que representa a primeira tentativa de reforma gerencial, mas foi aplicada de modo mais efetivo na década de 1990, com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995.

Salienta-se que a implantação do modelo gerencial (reforma específica) é um dos aspectos que justificaram a reforma de Estado (reforma geral), que se apresenta como uma resposta ao processo de globalização e principalmente à crise do Estado.

Salienta-se que a Administração Pública Gerencial se contrapõe apenas PARCIALMENTE à Administração Burocrática tradicional ao negar a ideologia do formalismo e do rigor técnico desta, porém aproveita alguns dos seus princípios fundamentais, embora flexibilizando-os, quais sejam:

- A admissão segundo rígidos critérios de mérito;
- A existência de um sistema estruturado e universal de remuneração;
- As carreiras;
- A avaliação constante de desempenho; e
- O treinamento sistemático.

Desse modo, a administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto um rompimento com a administração pública burocrática.

Dica

A Administração Pública Gerencial NÃO nega totalmente a Administração Pública Burocrática.

Questão 6 - (CESPE/TRT - Técnico) Preservando a ideologia do formalismo e do rigor técnico da burocracia tradicional, a administração pública gerencial proporcionou um sistema de gestão e controle centrado em resultados.

Comentário: A administração pública gerencial negou o formalismo e o rigor técnico da burocracia tradicional, a preservação ocorreu quanto a outras características, tais como: admissão mediante mérito, carreiras, avaliação de desempenho. Resposta: Errada.

Princípios e características

Os princípios do paradigma gerencial contemporâneo são: a) a confiança; b) a descentralização da decisão; c) a orientação para o cidadão-cliente; d) controle por resultados; e) a competição administrada.

Desses princípios, decorrem as seguintes características do gerencialismo:

- Estratégia com objetivos precisos. Destaca-se a utilização do planejamento estratégico para cumprir com a missão pública;
- Garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros. Destaca-se o contrato de gestão que visa aumentar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta (Art. 37, §8º da CF/1988);
- Formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas (organograma), descentralização de funções e incentivos à criatividade.

Alterações na organização administrativa visam à agilidade nas decisões;

• Permeabilidade à maior participação das organizações da sociedade civil (agentes privados). Destacam-se os conselhos de gestão e o orçamento participativo para captar a participação social na realização de políticas públicas.

Questão 7 – (CESPE/MC – Técnico) Uma organização pública com base no modelo patrimonialista apresenta grande permeabilidade à participação social-privada na instituição.

Comentário: O modelo de administração pública que apresenta grande permeabilidade à participação social-privada é o gerencial. Resposta: Errada.

• Controle ou cobrança a posteriori dos resultados. Destacam-se os indicadores de desempenho para mensurar a realização de serviços públicos;

Questão 8 – (CESPE/TRE – Analista) Enquanto o modelo burocrático utiliza o controle rígido para combater a corrupção, o modelo pós-burocrático adota meios como indicadores de desempenho e controle de resultados.

Comentário: A administração pública gerencial (modelo pós-burocrático) adota o controle de resultados mediante os indicadores de desempenho, enquanto o modelo burocrático utiliza-se do controle rígido de meios (processos). Resposta: Correta.

• Competição administrada no interior do próprio Estado, quando for possível a concorrência entre unidades internas, cita-se, a título de exemplo, as auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) realizadas sobre o Poder Executivo Federal;

• Significado do interesse público é relacionado com o interesse da coletividade, e não com o interesse do próprio Estado, vez que está explícita e diretamente voltado para o interesse público ao priorizar o conteúdo das políticas públicas;

• A administração pública gerencial inspira-se na administração de empresas privadas, mas não pode ser confundida com esta última, tendo em vista as diferenças entre o setor público e o privado (ver Item 1.3.3).

Questão 9 – (CESPE/MC – Técnico) A administração pública gerencial adota os mesmos pressupostos da iniciativa privada, em termos de planejamento, controle e resultados.

Comentário: A administração pública gerencial não adota os mesmos pressupostos da administração privada, apenas se inspira nesta, pois deve considerar as diferenças de gestão, tal como o objetivo da gestão pública (aumentar o bem-estar social) e o da gestão privada (visar ao lucro e ao bem-estar dos acionistas). Resposta: Errada.

Questão 10 – (CESPE/CNJ – Analista) O gerencialismo caracteriza-se por manobras administrativas, como competição, incentivos de mercado, mensuração de desempenho, foco na produtividade e desregulamentação.

Comentário: A administração pública gerencial (gerencialismo) é marcado por alterações de gestão, tais como: competição para estimular a concorrência, incentivos de mercado para reduzir o tamanho do Estado, mensuração de desempenho e foco na produtividade para flexibilizar o controle, além de desregulamentação para eliminar o excesso de normas e regulamentos burocráticos. Resposta: Correta.

Considerando tais vantagens, cumpre destacar que a modernização da Administração Pública é um processo e será o resultado, em médio ou longo prazo, desse complexo projeto de reforma gerencial, pelo qual se buscará, a um só tempo, fortalecer a Administração Direta (núcleo estratégico do Estado) e descentralizar esta mediante alterações institucionais que ampliam a autonomia por meio da implantação de Agências Autônomas (Agências Executivas e Agências Reguladoras) e de Organizações Sociais (OS) mediante contrato de gestão, e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) mediante termo de parceria.

Ante o exposto, salienta-se que essas três formas se sucedem no tempo, em uma perspectiva histórica, sem que, no entanto, qualquer uma delas seja inteiramente abandonada, ou seja, atualmente a Administração Pública convive com características dos três modelos: a) caráter patrimonialista: nomeação para cargo em comissão de servidor desvinculada de um critério de merecimento, b) caráter burocrático: excesso de documentos e fases na organização processual, c) caráter gerencial: controle por resultados.

Diferenças entre a gestão pública e a gestão privada

As diferenças entre a gestão pública, que visa ao interesse público, e a gestão privada, que visa ao lucro, são apontadas no Quadro das Diferenças entre a gestão pública e a privada:

Critério diferenciador	Gestão pública	Gestão privada
Fonte de Financiamento	Tributos mediante poder extroverso	Vendas mediante pagamentos voluntários dos clientes.
Controle da gestão	Sociedade principalmente mediante políticos eleitos.	Mercado mediante preferências econômicas.
Objetivo	Interesse público para maximizar o interesse social.	Lucro privado para maximizar os interesses dos acionistas,
Princípio da Legalidade	Só pode fazer o que a lei permite. Atuação restrita aos termos da lei.	Pode fazer tudo o que não estiver proibido por lei. Atuação ampla.
Princípios	De direito público: Supremacia do interesse público; Indisponibilidade do bem público; Continuidade da prestação do serviço.	De direito privado: Autonomia da vontade (livre discernimento); Liberdade (des) contratual.
Tratamento ao público alvo	Igualitário (princípio da isonomia). Pessoas vistas, em regra, como cidadãos.	Diferenciado (segmentado/ discriminador). Pessoas vistas como clientes.

Questão 11 – (FCC/TER-CE – Analista) As organizações humanas formais, sejam privadas ou públicas, representam uma espécie de arranjo entre os variáveis objetivos, atividades e recursos, num processo de gestão conhecido como planejamento, organização, direção e controle, em que os paradigmas ou modelos de gestão são decididos e implantados para fazer funcionar a organização. A obtenção de recursos para sustentar o funcionamento da organização pública difere da organização privada devido

a) à transformação de desejos em necessidades pela organização pública.

b) ao poder de barganha dos fornecedores de serviços públicos.

c) ao poder de barganha dos Clientes-cidadãos.

d) ao poder extroverso.

e) à liderança em custos dos entes públicos.

Comentário: A obtenção de recursos para sustentar o funcionamento da gestão pública difere da gestão privada devido ao poder extroverso do setor público na captação de recursos mediante tributos. O setor privado capta recursos mediante compras de clientes que as fazem de modo voluntário, sem coerção. Resposta: "D". As demais alternativas não possuem relação com a diferença entre a fonte de financiamento do setor público e privado.

Questão 12 – (FCC/TST – Analista) Ao tratar de divergências e convergências entre a administração pública e a administração privada, é correto afirmar:

a) Na administração pública, faz-se diferenciação entre pessoas, o que é regra na gestão privada, a exemplo da segmentação de públicos e mercados.

b) O conceito de partes interessadas é semelhante para ambos, visto que suas decisões, focam interesses de grupos mais diretamente afetados por uma questão.

c) A administração pública só pode fazer o que a lei permite, enquanto a iniciativa privada pode fazer tudo o que não estiver proibido por lei.

d) A administração possui maior agilidade na área privada, dado que os servidores públicos possuem menor interesse na gestão e recursos menos competitivos.

e) A administração pública empenha o mínimo de recursos para o desenvolvimento sustentável, enquanto que na gestão privada, o investimento em sustentabilidade é diferencial competitivo.

Comentário: O Princípio da Legalidade possui sentidos diferentes para a gestão pública e para a gestão privada. Enquanto a primeira só pode fazer o que a lei permite, a segunda pode fazer tudo o que não estiver proibido por lei. Resposta: "C". As demais alternativas não tratam claramente da diferença entre o setor público e privado, vez que a administração pública atua de modo isonômico, não fazendo diferenciação entre pessoas; possui como partes interessadas instituições não lucrativas, como ONGs, diferentemente do setor privado; prioriza o desenvolvimento sustentável. Não se pode afirmar que a administração privada é mais ágil que a pública, pelo fato de os servidores públicos possuírem menor interesse na gestão, pois há uma generalização para todos os servidores públicos.

Questão 13 – (CESPE/TRE-RJ – Técnico) A organização pública que pretende ter uma postura empreendedora deve buscar inovações por meio de ações similares às organizações privadas, como realizar tudo que não for proibido em lei.

Comentário: O Princípio da Legalidade para a gestão pública é restrito, ou seja, só pode fazer o que a lei permite. A gestão privada é que pode fazer tudo o que não estiver proibido por lei. Resposta: Errada.

Questão 14 – (CESPE/TRT/10a – Técnico) Diferentemente das organizações privadas, as organizações públicas são regidas pela supremacia do interesse público e pela obrigação da continuidade da prestação do serviço público.

Comentário: A gestão pública é pautada nos princípios da supremacia do interesse público e da continuidade da prestação de serviços públicos. Resposta: Correta.

Questão 15 – (CESPE/TRT/10a – Técnico – 2013) À semelhança das organizações privadas, a administração pública utiliza estratégias de segmentação de mercado, estabelecendo diferenciais de tratamento para clientes preferenciais.

Comentário: O tratamento fornecido pela gestão pública aos cidadãos é uma diferença em relação ao fornecido pela gestão privada, vez que aquela é pautada, em regra, pela isonomia, enquanto esta pode discriminar os clientes devido à sua autonomia privada. Resposta: Errada.

Perspectivas da Nova Gestão Pública

As três perspectivas da Nova Gestão Pública se sucederam no tempo demonstrando uma evolução da Administração Gerencial. Tais correntes se diferenciam quanto aos objetivos e aos paradigmas do cliente na gestão pública (público-alvo), conforme demonstra o Quadro das Perspectivas da Nova Gestão Pública na Inglaterra:

Correntes	Modelo Gerencial Puro	Consume-rism	Public Service Orienta-tion (PSO)
Objetivos	Economia e eficiência	Efetividade e qualida-de	Accoun-tability e Equidade
Público-alvo	Contri-buintes	Clientes	Cidadãos

O Modelo Gerencial Puro apresentou os seguintes problemas: a rigidez e ineficácia do processo de medição de eficiência aproximando-se dos procedimentos do modelo burocrático, insuficiência da avaliação da efetividade; falta de qualidade na prestação de serviços públicos; restrição no atendimento de beneficiários ao considerar apenas os contribuintes; e subestimação do conteúdo político da administração pública. Tais problemas demandaram uma nova perspectiva de gestão, o consumerism, pautada nos aspectos de efetividade e qualidade, a qual também apresentou disfunções: falta de accountability (responsabilidade política dos governantes); insuficiência de equidade por restringir o atendimento aos beneficiários vistos como clientes (consumidor). Tais disfunções exigiram uma nova perspectiva, o PSO; pautada nos aspectos de accountability e equidade, esta corrente enxerga o beneficiário como cidadão, pois cidadania está relacionada com o valor de accountability, o que requer uma participação ativa da sociedade, bem como se adequa aos parâmetros do poder local e estimula a cooperação entre as agências.

Setores do Estado

Para criar segmentos específicos de ação do Estado, o PDRAE classifica os setores do Estado em quatro tipos: Núcleo Estratégico

(NE), Atividades Exclusivas (AE), Serviços Não Exclusivos (SNE) e Produção de Bens e Serviços (PBS). Tais setores se diferenciam principalmente quanto às características de cada segmento e à forma de Propriedade, conforme demonstra o Quadro dos Setores do Estado:

Setores do Estado	NE	AE	SNE	PBS
Característica	Definir leis, políticas públicas e cobrar o seu cumprimento	Regulamentar, e fiscalizar	Servir à sociedade	Produzir
Agentes	Cúpula dos três Poderes	Agências autônomas (autarquias e fundações)	Organizações privadas ou públicas não estatais mediante delegação, contratualização e publicização	Empresas mediante privatização
Tipo de Gestão	Administração burocrática e gerencial	Administração gerencial	Administração gerencial	Administração gerencial
Forma de Propriedade	Estatal	Estatal	Pública não estatal	Privada como regra. Salvo propriedade estatal no caso de monopólio natural.

Na reforma gerencial, ocorre a desestatização, ou seja, a transferência ao setor privado de atividades que podem ser controladas pelo mercado, ocorrendo por meio das seguintes medidas: a) privatização – venda do controle de empresa pública para o mercado, característica do Setor de Produção de Bens e Serviços; b) delegação – repasse da execução de serviços públicos para o mercado, evidenciado pelas concessões e permissões; c) contratualização – acordo de parcerias com organizações privadas não lucrativas, como o termo de parceria firmado com as OSCIPs; d) publicização – absorção de atividades desenvolvidas por órgãos públicos por organizações sociais mediante contrato de gestão. Esta medida é marcada pela descentralização de serviços competitivos, tais como ensino, saúde e cultura, de fundações públicas para o setor público não estatal, cabendo ao Estado subsidiar (fomentar) com dotação orçamentária ou com transferência de direitos sobre bens públicos.

Questão 16 – (FGV/SEFAZ-RJ – FISCAL DE RENDAS – 2009) Com relação às formas de propriedades previstas pelo modelo gerencial

de administração pública, analise as afirmativas a seguir:

I. O modelo gerencial prevê a propriedade privada.

II. O modelo gerencial prevê a propriedade pública estatal.

III. O modelo gerencial prevê a propriedade pública não estatal.

Assinale:

a) se somente a afirmativa I estiver correta.

b) se somente a afirmativa II estiver correta.

c) se somente a afirmativa III estiver correta.

d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Comentário: O modelo gerencial prevê as três formas de propriedade: a estatal, a pública não estatal e a privada, conforme dispõe o PDRAE. Resposta: "E".

Síntese dos tipos de Administração Pública

O quadro a seguir sintetiza os tipos de Administração Pública e seus principais pontos:

Princípios/ Característica	Arbitrariedade do governante. Corrupção e nepotismo, causando prebendas e sinecuras	Impessoalidade; formalismo; profissionalização e carreira; racionalidade; e hierarquia funcional	Confiança limitada; descentralização da decisão; orientação para o cidadão--cliente; competição administrada
Estado	Absolutista	Liberal	Democrático-Social
Período no Brasil	1821 a 1930 (Estado Oligárquico)	1930 a 1990 (Estado Desenvolvimentista)	A partir de 1990 (Estado Liberal-dependente do setor público)
Controle	Descontrole, propiciando fraudes e desvios	Prévio	Posterior

	Patrimonialista	Burocrática	Gerencial
Mudança Implementada	Governante patrimonializa recursos públicos	Combater a corrupção e o nepotismo patrimonialistas	Negar o formalismo e o rigor técnico burocrático

A evolução da Administração Pública

A evolução da Administração Pública no Brasil é marcada por três reformas administrativas:

a) A Implantação da Administração Pública Burocrática (reforma da década de 1930);

b) A Transição da Administração Pública Burocrática para a Administração

Pública Gerencial (reforma da década de 1960); e

c) A Reforma Administrativa Gerencial (reforma da década de 1990).

Questão 17 - (CESPE/TJ-AL - Analista) Considerando a evolução da administração pública no Brasil, as grandes reformas administrativas do Estado, ocorridas após o ano de 1930, foram denominadas

a) liberal e neoliberal.
b) monárquica, republicana e democrática.
c) patrimonialista, burocrática e gerencial.
d) republicana, burocrática e democrática.
e) burocrática e gerencial.

Comentário: As três reformas administrativas do Estado Brasileiro ocorreram: a) na década de 1930, com a reforma burocrática; b) na década de 1960, com a tentativa de desburocratização (medidas gerenciais); e c) na década de 1990, com a reforma gerencial. Desse modo, as grandes reformas administrativas foram denominadas burocrática e gerencial. Por outro lado, os ideais liberal e neoliberal referem-se à relação do Estado com a economia. A monarquia e república tratam de formas de governo. Resposta: "E".

O Brasil, na realidade, passou por três tentativas de reformas administrativas, vez que atualmente existem características das três formas de Administração Pública no modelo de administração atual. Salienta-se que tais reformas caracterizaram as formas de Administração Pública, e o ponto em comum de cada reforma é a criação de um órgão para proceder tal empreendimento e de normativos relacionados à estrutura e cultura administrativa respectiva.

Dica

Apesar das reformas burocrática (1930) e gerencial (1960 e 1990), a Administração Pública brasileira ainda apresenta marcas patrimonialistas.

Questão 18 - (CESPE/DPRF - Técnico) A erradicação do patrimonialismo no Brasil aconteceu com a reforma administrativa de 1930, que instituiu o modelo de administração burocrática na gestão governamental brasileira.

Comentário: Apesar das reformas administrativas burocrática (1930) e gerencial (1960 e 1990), não houve a erradicação do patrimonialismo no Brasil, vez que existem atualmente características desta forma de gestão na administração pública atual, tal como o nepotismo. Resposta: Errada.

A Implantação da Administração Pública Burocrática

A primeira reforma administrativa ocorreu no período do Estado Novo durante o governo de Getúlio Vargas nos anos de 1930 com a criação do Departamento Administrativo do Setor Público (DASP), em 1936, sendo pautada nos princípios centralizadores e hierárquicos da burocracia clássica, por isso é chamada reforma burocrática. Tal modelo surge no momento da aceleração da industrialização brasileira marcada pelo intervencionismo no setor secundário da economia (indústrias de base), sendo um efeito da emergência de um capitalismo moderno no país.

Questão 19 - (CESPE/ANAC - Técnico) Com a reforma administrativa do Estado Novo,

buscou-se inserir, no aparelho administrativo do país, a centralização, a impessoalidade, a hierarquia, o sistema de mérito e a separação entre a res pública e a res privada.

Comentário: A reforma administrativa do Estado Novo (reforma burocrática) pautou-se na centralização, na impessoalidade, na hierarquia, no sistema de mérito e na separação entre a res pública e a res privada, com o intuito de combater os desvios do patrimonialismo. Resposta: Correta.

Em relação às áreas da administração: a função orçamentária foi adotada como atividade formal e permanentemente vinculada ao planejamento; a área de recursos humanos (RH) foi pautada no princípio do mérito profissional com valorização de instrumentos do concurso público e do treinamento, embora não se chegou a adotar consistentemente uma política de RH que respondesse às necessidades do Estado.

Questão 20 – (CESPE/MI – Analista) Na área de administração de recursos humanos, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) inspirou-se no princípio do mérito profissional para estruturar a burocracia.

Comentário: O DASP adotou o princípio do mérito profissional para estruturar a burocracia na área de administração de recursos humanos. Resposta: Correta.

Questão 21 – (CESPE/MC – Técnico) No que tange à administração de recursos humanos, foram valorizados instrumentos importantes como o instituto do concurso público e do treinamento; deste modo, foi adotada consistentemente uma política de recursos humanos que respondia às necessidades do Estado.

Comentário: Apesar de a área de RH valorizar instrumentos como a meritocracia, o concurso público, não foi adotada consistentemente uma política de recursos humanos que respondia às necessidades do Estado. Resposta: Errada.

A Administração Burocrática foi implantada para combater a Administração Patrimonialista (Estado oligárquico e interventor no setor primário da economia – café e leite). Embora ainda existam traços deste modelo anterior, ocorreu mudança nas relações entre governantes e a sociedade, vez que coronelismo (marca patrimonialista) cedia lugar ao clientelismo e ao fisiologismo.

Questão 22 – (CESPE/MPU – Técnico) A reforma administrativa iniciada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) instituiu o Estado moderno no Brasil, com vistas ao combate ao patrimonialismo e à burocracia estatal.

Comentário: O objetivo da reforma implantada mediante o DASP foi combater apenas o patrimonialismo, e não a burocracia estatal. O DASP visava a implementar esta burocracia para modernizar a Administração Pública brasileira. Resposta: Errada.

A Transição da Administração Pública Burocrática para a Administração Pública Gerencial

A segunda reforma administrativa ocorreu nos anos de 1960, em um momento marcado pelo intervencionismo no setor secundário da economia por meio de um Estado autoritário e burocrático voltado para política do bem-estar social e de cunho nacionalista com a política de substituição das importações para preservar a economia local. A transição burocrática

para gerencial ocorreu com a publicação do Decreto-Lei n.º 200, em 1967, uma medida de superar as inadequações da rigidez do modelo burocrático de 1930 (Ver Item 1.2.3).

Questão 23 – (CESPE/MC – Técnico) O Decreto-lei n.º 200/1967 surgiu no bojo de uma reforma que tentou aprimorar o modelo burocrático vigente na administração pública.

Comentário: O DL 200/1967 marca uma reforma administrativa que visa superar as inadequações da rigidez do modelo burocrático, ou seja, uma tentativa de aprimorar o modelo burocrático vigente na administração pública. Resposta: Correta.

Tal reforma pautou-se nos Princípios do Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação e Controle.

Dica

Os princípios do DL 200/1967 podem ser relembrados pelo: 1 P 2 C 2 D
1 P – Planejamento
2 C – Coordenação e Controle
2 D – Descentralização e Delegação

O planejamento e o orçamento foram adotados como meios de racionalidade administrativa no atendimento das demandas sociais. A descentralização ocorreu mediante a transferência de atividades para as entidades da administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista) a fim de obter maior dinamismo operacional, vez que o engessamento da administração direta (centralizada) gerou ineficiência. A delegação visou descongestionar as chefias executivas superiores, evitando o insulamento burocrático (centralização da decisão nos altos níveis hierárquicos). A coordenação objetivou organizar a execução de políticas públicas, tendo em vista a expansão da administração indireta.

Questão 24 – (CESPE/MI – Analista) Foram instituídos, pela reforma administrativa no Brasil realizada por meio do Decreto-Lei n.º 200/1967, os princípios da racionalidade administrativa, o planejamento e o orçamento, entre outros.

Comentário: A reforma administrativa do DL 200/1967 adotou princípios da racionalidade administrativa como o planejamento e o orçamento, o descongestionamento das chefias superiores, a sistematização, a coordenação e o controle, conforme dispõe o PDRAE de 1995. Resposta: Correta.

Salienta-se que a reforma decorrente do Decreto-Lei 200/67 favoreceu a administração indireta por permitir a existência de núcleos de eficiência e competência, mas isso não desencadeou mudanças no âmbito da administração burocrática central (administração direta), que manteve formas arcaicas e ineficientes de gestão. Desse modo, ocorreram a descentralização administrativa mediante a administração indireta e a centralização política e de recursos no âmbito federal mediante o governo ditatorial.

Tais reformas marcaram o início das medidas de desburocratização, com destaque para as seguintes:

• Decreto-Lei 200/67, que tratou da organização administrativa da União e aumentou a autonomia das entidades da administração indireta;

• Secretaria de Modernização (SEMOR), em meados de 1970, que buscou implementar novas técnicas de gestão e particularmente de administração de RECURSOS HUMANOS na Administração Federal;

• Ministério da Desburocratização e o Programa Nacional da Desburocratização (PND), em 1979, que implementaram nova tentativa de reformar a Administração Pública, visando a dinamizar e simplificar o seu funcionamento. Salienta-se que o PND apresentou dois planos:

a) Primeiro - pautado na simplificação e racionalização com os objetivos da revitalizar e agilizar as organizações do Estado, descentralizar a autoridade, melhorar e simplificar os processos administrativos e promover a eficiência;

b) Segundo - pautado na diminuição do tamanho do Estado (desestatização), com o objetivo de conter os excessos da expansão da administração descentralizada. Este plano possui objetivo contrário ao objetivo do Decreto-Lei 200/67, vez que aquele pretendia reduzir a administração, enquanto este pretendia expandir.

Questão 25 - (CESPE/DPRF - Técnico) O Programa Nacional de Desburocratização, criado na década de 60 do século passado, foi a primeira tentativa de reforma gerencial da administração pública.

Comentário: O PND foi criado na década de 70, em 1979, e não se relaciona com primeira tentativa de reforma gerencial, a qual é marcada pelo Decreto-Lei n.º 200, de 1967. Resposta: Errada.

Questão 26 - (CESPE/MC - Técnico) O Programa Nacional de Desburocratização (PRND) buscou revitalizar e agilizar as organizações do Estado. Suas ações foram voltadas para simplificação das práticas administrativas e para maior estatização, consolidando assim os esforços estimulados pelo Decreto-lei N.º 200/1967.

Comentário: O PND buscou revitalizar e agilizar as organizações do Estado mediante a simplificação das práticas administrativas (objetivo do 1º plano), bem como diminuir o tamanho do Estado, desestatizar (objetivo do 2º plano). Resposta: Errada.

• Constituição Federal de 1988, que não representou uma medida de desburocratização, e sim um retrocesso à burocracia, ou seja, reduziu a tendência para a administração gerencial, tendo em vista as seguintes características: a) engessamento do aparelho estatal com a aplicação das regras rígidas adotadas no núcleo estratégico do Estado às empresas estatais e aos serviços do Estado; b) perda da autonomia do Poder Executivo para tratar da estruturação dos órgãos públicos; c) instituição do regime jurídico único (RJU) para os servidores dos entes políticos; d) retirada da flexibilidade operacional da administração indireta, podendo citar, como exemplo, a rigidez do processo de compras para as estatais que atuam no mercado (exploram atividade econômica).

Questão 27 - (CESPE/TRT - Técnico) A transição democrática de 1985 representou um avanço na modernização da administração pública, na medida em que atribuiu à administração indireta normas de funcionamento idênticas às que regem a administração direta.

Comentário: A transição democrática de 1985, marcada pela Constituição cidadã de 1988, representou um RETROCESSO na modernização da administração pública, ao atribuir à administração indireta normas de funcionamento idênticas às normas da administração direta. Resposta: Errada.

Com essas características, voltaram à tona algumas disfunções, quais sejam: reafirmação dos ideais da administração burocrática; ingerência patrimonialista no processo político; privilégios que combatidos pela própria administração burocrática como a estabilidade rígida, o RJU, aposentadoria com proventos integrais sem correlação com o tempo de contribuição do servidor. Salienta-se que essas disfunções e o retrocesso burocrático causaram desprestígio da Administração Pública brasileira. Desse modo, a CF/1988 apresenta um caráter inverso ao DL 200/1967, pois significou centralização administrativa mediante retrocesso burocrático e a descentralização política e de recursos para o âmbito dos estados e municípios (municipalização) mediante o governo democrático.

A Reforma Administrativa Gerencial

As disfunções provocadas pela CF/1988 deram causa à necessidade de uma reforma administrativa, marcada pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de 1995, o qual introduz diretrizes no sentido de uma administração gerencial, refletindo em mudanças organizacional e cultural da administração pública. Tal reforma implementou medidas gerenciais, com destaque para as seguintes:

• PDRAE, em 1995, documento que diagnosticou não só a crise da Administração Pública (específica), mas também a crise do Estado (geral), esta é definida em três aspectos: a) crise fiscal (finanças públicas); b) esgotamento da intervenção do Estado na economia (estatização); e c) crise de eficiência da gestão, demandando a superação da administração burocrática. A crise da Administração Pública é marcada por três problemas: 1) obstáculos de ordem legal para o alcance de uma maior eficiência (dimensão institucional-legal); 2) a coexistência de marcas patrimonialistas e burocráticas com os novos valores gerenciais (dimensão cultural); 3) necessidade de práticas administrativas gerenciais, já implementadas pelo setor privado (dimensão gerencial).

Questão 28 - (CESPE/CNJ - Analista - 2013) Um dos exemplos de motivadores das transformações dos modelos organizacionais e de gestão pública foi a crise da eficiência do Estado brasileiro, nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX.

Comentário: A crise da eficiência do Estado brasileiro, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, foi uma das causas motivadoras para a reforma gerencial ocorrida em 1995, vez que a sociedade brasileira demandou por uma prestação de serviços público de modo eficiente.
Resposta: Correta.

Destaca-se, deste Plano Diretor, medidas voltadas para a gestão de pessoas, tais como:

I) Exigência de Processo Seletivo Público para a admissão de agentes administrativos com o intuito de combater os critérios rígidos de seleção do concurso público. Este processo seletivo é aplicado na contratação de pessoal para Serviço Social Autônomo (Sistema "S"), para agentes comunitários de saúde e para temporários a fim de atender a necessidade de excepcional interesse público;

II) Fim da obrigatoriedade do RJU, permitindo a volta da contratação de empregados celetistas na administração indireta e nos serviços operacionais com o intuito de combater a aplicação indiscriminada do instituto da estabilidade. Salienta-se que o RJU retornou em 2007 mediante a suspensão do Art. 39 da CF/1988 por uma ADIN;

III) Classificação de planos de carreiras estruturados em classes hierarquizadas, formadas principalmente por servidores estatutários no núcleo estratégico (administração direta) do Estado com o intuito de provocar a promoção.

Para a gestão das finanças, destaca-se a limitação rígida dos proventos de aposentadoria e das pensões ao valor equivalente percebido na ativa, relacionando o benefício previdenciário ao tempo de contribuição com o intuito de combater privilégios da CF/1988 relativos à aposentadoria integral sem correlação com o tempo de contribuição.

Para a gestão de serviços públicos, destaca-se a permeabilidade para participação dos agentes privados e/ou organizações do terceiro setor (ONG, OS, e OSCIP) com o intuito de estimular a democracia participativa.

• Emenda Constitucional nº 19 de 1998 (EC 19/98), que dispõe sobre princípios (incluindo o da eficiência) e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, instituindo medidas gerenciais, tais como participação do usuário na administração pública, contrato de gestão, flexibilização da estabilidade, etc.

• Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em 2000, que visa ao ajustamento fiscal duradouro e à sustentabilidade das finanças públicas com o intuito de combater a crise fiscal oriunda da década de 1980, destacando-se medidas de controle do gasto público com pessoal. Nesse período, cita-se o Plano Plurianual 2000-2003 (Avança Brasil), que evidenciou uma reforma orçamentária baseada no aspecto gerencial ao focar resultados, e as leis nº 10.028/2000, que tipifica crimes contra as finanças públicas, e nº 10.180/2001, que organiza o ciclo de gestão federal na forma de sistemas.

• Lei de Acesso à Informação (LAI), em 2011, que visa estimular a transparência pública, propiciando medidas de controle social, destacando-se o portal da transparência, o qual é gerido pela CGU.

Questão 29 – (CESPE/TJ-AL – Técnico) A respeito das reformas administrativas e da nova gestão pública, assinale a opção correta.

a) A nova gestão pública reúne características positivas dos modelos patrimonial e gerencial de administração pública.

b) A última reforma administrativa que se têm notícia no Brasil foi aquela baseada nos princípios burocráticos estabelecidos pelo presidente Vargas.

c) A administração pública gerencial é multifuncional, define indicadores, mede e analisa resultados, foca no cidadão e procura flexibilizar as relações de trabalho.

d) O modelo de administração pública burocrático é orientado para resultado, concentra-se no processo, controla procedimentos e possui alta especialização.

e) A reforma administrativa resultante da independência do Brasil apresentou o patrimonialismo como modelo de administração pública, que, apesar de superado, ainda revela grande importância no governo do país.

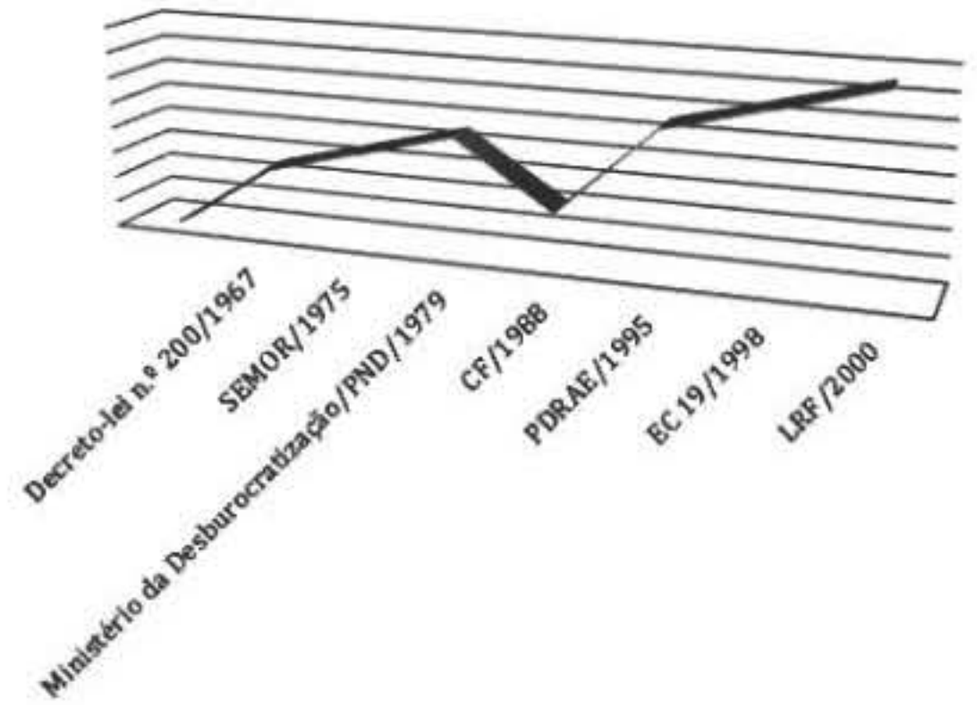
Comentário: A nova gestão pública (administração gerencial) reúne marcas dos modelos burocrático e gerencial, ocorreu no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995. Esse modelo gerencial é orientado para resultado, logo se concentra nos produtos, definindo indicadores de desempenho, é multifuncional, foca o cidadão e busca flexibilizar as relações de trabalho. A independência do Brasil, em 1889, não provocou nenhuma reforma administrativa. Resposta: "C".

Síntese das reformas da Administração Pública

O quadro a seguir sintetiza as Reformas da Administração Pública brasileira e seus principais pontos:

	Burocrática	Transição Burocrática para Gerencial	Gerencial
Órgão	DASP	SEMOR, Ministério da Desburocratização	MARE
Normas	Normas de concurso público	DL 200/67; DL 201/67; Lei 4.320/64	EC 19/98; PPA 2000–2003 (Avança Brasil); LRF; Lei 10.180/2001;
Forma de AP	Burocrática para superar a Patrimonialista	Gerencial para superar a Burocrática	Gerencial
Estado	Oligárquico e patrimonial	Autoritário e burocrático	Mínimo
Papel do Estado	Interventor na indústria para superar a agropecuária	Interventor na indústria	Regulador
Período no Brasil	1936 (Governo Vargas)	1967 (Governo Ditatorial)	1995 (Governo Democrático)

O quadro a seguir demonstra a evolução do paradigma pós-burocrático:



Questões

01 - 2019 - CESPE - Secretaria da Fazenda do Estado - RS - Auditor Fiscal da Receita Estadual

Caso uma autoridade da administração pública, como forma de punição, determine, de ofício, a remoção de um agente público com quem tenha tido desavenças anteriormente, o ato administrativo em questão revelará vício

A - no motivo, sendo passível de convalidação.
B - na competência, sendo passível de convalidação.
C - na forma, sendo inviável a convalidação.
D - na finalidade, sendo inviável a convalidação.
E - na competência, sendo inviável a convalidação.

02 - 2018 - (CESPE) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - Analista I

No que se refere aos mecanismos e arranjos de governança e financiamento de políticas públicas no Brasil, julgue os itens a seguir. Considerado um elemento fundamental para o grau de governança democrática, o accountability refere-se à capacidade financeira e gerencial do Estado de implementar políticas públicas.

C - Certo
E - Errado

03 - 2018 - (FCC) - Assembléia Legislativa - SE (ALESE/SE) - Analista Legislativo

Em seu primeiro dia de exercício, o novo presidente da mesa solicitou parecer a respeito do contrato de fornecimento de café na As- sembleia Legislativa. O contrato anterior teve validade até 30 de dezembro do ano anterior, sem que o competente aditivo contratual tivesse sido formalizado. Caso um termo aditivo seja elaborado e assinado após o fim da duração contratual, o ciclo da despesa

A - terá sido respeitado, desde que seja redigido com data retroativa, em cumprimento à legislação em vigor.
B - terá sido respeitado, uma vez que foi realizado no mês subsequente ao encerramento do contrato original.
C - não terá sido respeitado, pois a aquisição na situação descrita necessita de licitação.
D - não terá sido respeitado, pois antes da assinatura de termos contratuais deve haver a etapa conhecida como liquidação.
E - não terá sido respeitado, uma vez que assinado por ordenador de despesas diverso.

04 - 2018 - (CESPE) - Ministério Público Estadual - PI (MPE/PI) - Analista Ministerial

Acerca das tendências na gestão de pessoas no setor público e da gestão de pessoas por competências, julgue os itens a seguir. Objetivos, resultados e metas organizacionais podem guiar o treinamento de competências técnicas, ao passo que os valores organizacionais servem para orientar o desenvolvimento de competências comportamentais.

C - Certo
E - Errado

05 - 2018 - (CESGRANRIO) - Liquigás Distribuidora SA - Profissional Júnior

A execução orçamentária de um projeto, no âmbito da administração pública, requer que o projeto

A – esteja definido no planejamento plurianual.
B – possa ser concluído dentro do ciclo orçamentário.
C – seja acompanhado por um órgão da controladoria.
D – tenha saldo de dotação disponível.
E – tenha sido previsto na proposta orçamentária inicial.

06 – 2018 – (CESPE) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – RJ (IFF/RJ) – Administrador

O ingresso de determinado recurso é definido como receita agropecuária na classificação da receita pública por

A – categoria econômica.
B – origem.
C – espécie.
D – espécie.
E – alínea.

07 – 2018 – (CESPE) – Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) – Oficial de Inteligência

Acerca das estruturas organizacionais e sua aplicação à administração pública, julgue os itens que se seguem. Nos órgãos públicos, o setor de gestão de pessoas realiza, também, a sua própria gestão de processos, que são considerados centrais à organização.

C – Certo
E – Errado

08 – 2018 – (FCC) – Tribunal Regional do Trabalho / 2ª Região (TRT 2ª) – Analista Judiciário

Em atendimento ao princípio orçamentário

A – da totalidade, uma autarquia estadual possui uma Lei Orçamentária Anual distinta daquela do ente estadual a que pertence.
B – da universalidade, a Lei Orçamentária Anual de um ente estadual deve conter todas as receitas e despesas de uma fundação instituída e mantida por ele.
C – da exclusividade, a Lei Orçamentária Anual pode conter dispositivo sobre a criação de despesa obrigatória de caráter continuado.
D – da competência, a Lei Orçamentária Anual apresenta a previsão das receitas orçamentárias que serão arrecadadas durante o exercício financeiro a que se refere.
E – do orçamento bruto, a Lei Orçamentária Anual deve apresentar as despesas com uma obra pelo valor total de sua execução, mesmo que ocorra em três exercícios financeiros.

09 – 2018 – (CESGRANRIO) – Liquigás Distribuidora SA – Assistente Administrativo

Um dos princípios relacionados à elaboração de orçamentos é o das expectativas realistas. A aplicação desse princípio está diretamente relacionada à

A – consideração do custo-benefício do detalhamento
B – disposição para empregar esforços intensos
C – observância do calendário de elaboração
D – não inclusão de oportunidades não previstas
E – não consideração de metas extremas

10 – 2018 – (CESPE) – Controladoria Geral do Município – PB (CGM/PB) – Auditor Municipal de Controle Interno

De acordo com o art. 74 da Constituição Federal de 1988 (CF), os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com algumas finalidades. Nesse sentido, julgue os itens a seguir, a respeito da governança no setor público. A avaliação dos resultados tem dois parâmetros: a eficácia e a eficiência tanto da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administra-

ção federal quanto da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

C - Certo
E -Errado

11 - 2018 - (CESGRANRIO) - Liquigás Distribuidora SA - Assistente Administrativo

Um dos passos iniciais para a elaboração dos orçamentos nas empresas é a elaboração do orçamento de vendas, o qual pode apresentar restrições de caráter interno e/ou externo. Uma das restrições ao orçamento de vendas que está fora do controle da administração de uma entidade é a

A - inadequação da estrutura administrativa
B - insuficiência da capacidade produtiva
C - insuficiência de capital de giro
D - precariedade do mercado fornecedor
E - inabilitação do pessoal interno

12 - 2018 - (CESPE) - Ministério Público da União (MPU) - Técnico do Ministério Público

A respeito de administração, julgue os próximos itens. A adoção de estratégias de segregação de clientes por faixas de renda é uma diretriz que deve ser seguida na prestação de serviços públicos, porque favorece o alcance da excelência dos serviços prestados.

C - Certo
E - Errado

13 - 2018 - (FCC) - Tribunal Regional do Trabalho / 2ª Região (TRT 2ª) - Analista Judiciário

No dia 15/2/2018, um Tribunal Regional do Trabalho fez o empenho da despesa com Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica no valor de R$ 200.000,00 referente à limpeza dos vidros do prédio em que são realizadas as atividades de tal entidade pública. Em 21/2/2018, o prestador de serviço executou a limpeza dos vidros do prédio e, em 23/2/2018, houve a verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. No dia 28/2/2018, ocorreu o pagamento da despesa pelo valor total do empenho. Sendo assim, no dia

A - 15/2/2018, houve a execução orçamentária de uma Despesa de Capital.
B - 21/2/2018, houve a liquidação de Outras Receitas Correntes.
C - 28/2/2018, houve a execução orçamentária de uma Inversão Financeira.
D - 23/2/2018, houve a liquidação de uma Despesa Corrente.
E - 15/2/2018, houve a emissão de uma nota de pagamento por estimativa.

14 - 2018 - (CESPE) - Departamento de Polícia Federal (DPF) - Perito Criminal

Julgue os itens que se seguem, relativos à administração financeira e orçamentária brasileira. O ciclo orçamentário inicia-se com a definição das macrodiretrizes e encerra-se com a mensagem presidencial comunicando a aprovação do orçamento anual.

C - Certo
E - Errado

15 - 2018 - (CESGRANRIO) - Liquigás Distribuidora SA - Profissional Júnior

As entidades da administração pública elaboram seus orçamentos em bases anuais e prestam contas em períodos menores, para permitir melhor acompanhamento da execução orçamentária. A periodicidade da elaboração e execução orçamentária

A - baseia-se no calendário civil.
B - tem vigência plurianual.
C - coincide com o mandato eleitoral.

D – é definida no decreto de programação financeira.
E – depende do ciclo de atividade financeira da entidade.

16 – 2018 – (FCC) – Assembléia Legislativa – SE (ALESE/SE) – Analista Legislativo

Considere as seguintes despesas:

I. décimo terceiro do funcionalismo.

II. consignações em folha.

III. contribuição previdenciária do órgão público (patronal).

São classificadas como extraorçamentárias as despesas que constam APENAS em

A – I.
B – II.
C – III.
D – I e II.
E – II e III.

17 – 2018 – (CESPE) – Superior Tribunal de Justiça (STJ) – Analista Judiciário

Com relação às técnicas de execução financeira e orçamentária, julgue os itens seguintes. A verificação do cumprimento das metas fiscais durante o exercício financeiro depende da programação financeira.

C – Certo
E – Errado

18 – 2018 – CESGRANRIO) – Petrobras Transporte S.A (TRANSPETRO) – Contador

Uma das desvantagens do orçamento base zero reside em

A – tratar-se de um orçamento incremental.
B – utilizar séries temporais passadas na projeção de receitas, eventualmente sazonais.
C – sua possibilidade de perpetuar ineficiências do passado.
D – sua elaboração, pois esta demanda mais tempo e envolvimento dos funcionários.
E – sua informalidade, onde receitas e gastos compilados pela primeira vez não são justificados.

19 – 2018 – (CESPE) – Ministério Público Estadual – PI (MPE/PI) – Técnico Ministerial

A propósito de despesa e receita públicas, julgue os itens subsequentes. O lançamento é um dos estágios da despesa pública.

C – Certo
E – Errado

20 – 2018 – (FCC) – Tribunal Regional do Trabalho / 6ª Região (TRT 6ª) – Técnico Judiciário

Considere que, no último mês do exercício financeiro, determinado órgão público, no curso da execução de um contrato de obras, tenha realizado medições e atestado a execução de parcelas do objeto contratado. Contudo, em face do encerramento do exercício, não tenha sido possível a liquidação financeira da despesa com o pagamento ao contratado naquele mesmo ano. Diante de tal cenário, considerando a legislação cabível,

A – não será possível efetuar os pagamentos em questão por ausência de suporte orçamentário, devendo ser expedido precatório.
B – deverão ser cancelados os empenhos eventualmente efetuados e abertas novas dotações para suportar os pagamentos.
C – as despesas geradas constituem déficit orçamentário, os quais devem ser suportados por dotações consignadas no orçamento subsequente.
D – os restos a pagar gerados pelas atestações independem de empenho e deverão ser processados como despesas extra-orçamentárias.

E - as despesas, se regularmente empenhadas, serão suportadas por restos a pagar que pertencem ao exercício em que foram geradas.

21 - 2018 - (CESPE) - Departamento de Polícia Federal (DPF) - Delegado de Polícia Federal

Receitas Arrecadadas	R$ mil
IPTU	14.000
cota-parte no fundo de participação dos municípios	5.000
taxas	2.000
aluguéis	2.000
tarifas e preços públicos	1.000
vendas de bens e imóveis	1.000
despesas empenhadas	R$ mil
pessoal	15.000
despesas de custeio	3.000
juros e encargos da dívida	1.000
obras públicas	3.000
amortização da dívida	3.000

Considere que, ao final de 2017, um município brasileiro tenha apresentado as informações precedentes, relativas à execução orçamentária e financeira naquele exercício financeiro. Com referência a essas informações, julgue os itens que se seguem.

O total de receitas originárias foi de R$ 8.000.000.

C - Certo
E - Errado

22 - 2018 - (FCC) - Assembléia Legislativa - SE (ALESE/SE) - Analista Legislativo

Acerca dos créditos adicionais, é INCORRETO afirmar:

A - Decretos podem reforçar dotações orçamentárias insuficientes até um certo limite, autorizado na própria Lei Orçamentária Anual.
B - São classificados pela Lei no 4.320/64 como especiais, extraordinários e suplementares.
C - O Tribunal de Justiça pode decidir que um crédito extraordinário é inconstitucional.
D - Os créditos adicionais são abertos por Lei complementar e autorizados por portaria do poder executivo.
E - Os créditos extraordinários destinam-se a despesas como guerras ou calamidades públicas.

23 - 2018 - (CESPE) - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH (2ª edição) - Analista Administrativo

Julgue os itens seguintes, relativos aos instrumentos e ao processo de orçamentação. As políticas e diretrizes gerais para a atuação das empresas estatais são estabelecidas pelas unidades responsáveis pelas atividades planejamento.

C - Certo
E - Errado

24 - 2018 - (CESPE) - Tribunal de Contas Estadual - PB (TCE/PB) - Auditor de Contas Públicas

A reforma da administração pública conduzida durante o governo de Getúlio Vargas tinha por objetivo tornar o Estado

A - mais profissional e menos patrimonialista, ou seja, um Estado autoritário e burocrático.
B - menos profissional e menos patrimonialista, isto é, um Estado de bem-estar social.
C - mais profissional e mais patrimonialista, ou seja, um Estado regulador.
D - mais patrimonialista e menos burocrático, ou seja, um Estado de bem-estar social.
E - menos patrimonialista e menos burocrático, isto é, um Estado regulador.

25 – 2018 – (FCC) – Assembléia Legislativa – SE (ALESE/SE) – Analista Legislativo

Trata-se de uma despesa orçamentária que se constitui em adiantamento a servidor que ainda prestará contas dela.

O enunciado descreve adequadamente o conceito de

A – Despesa de exercício anterior.
B – Suprimento de fundos.
C – Antecipação de empenho.
D – Restos a pagar.
E – Receita orçamentária.

26 – 2018 – (CESPE) – Departamento de Polícia Federal (DPF) – Perito Criminal

Julgue os itens que se seguem, relativos à administração financeira e orçamentária brasileira. A receita obtida por um ente público, quando oriunda da exploração ordenada de recursos naturais vegetais em ambiente natural e protegido, integra a categoria econômica receita corrente.

C – Certo
E – Errado

27 – 2018 – (FCC) – Tribunal Regional do Trabalho / 2ª Região (TRT 2ª) – Analista Judiciário

Nota de empenho é o instrumento

A – mediante o qual o funcionário público se compromete a agir com eficiência e dedicação.
B – que cria, para o órgão público, a obrigação de pagamento pela realização de uma despesa.
C – que normaliza a execução de ato anterior, pormenorizando áreas de entendimento.
D – pelo qual empregadores e empregados entram em acordo sobre condições de trabalho.
E – que, emanado da autoridade competente, determina o cumprimento de despacho ou sentença.

28 – 2018 – (CESGRANRIO) – Petrobras – Engenheiro de Produção Júnior

TT é engenheiro e exerce a função de executivo na Sociedade Empresária K. Tendo em vista o sucesso de sua gestão, ele é convidado para presidir a Sociedade Empresária AA.

Diante da necessidade de reorganização dessa sociedade, estabelece, logo de início, a adoção de um Código de Ética dos postulados constantes em tal código. TT, para realizar a transparência nas organizações, estabelece um setor de

A – publicidade
B – marketing
C – governança
D – divulgação
E – imprensa

29 – 2018 – (CESPE) – Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) – Oficial de Inteligência

Com relação aos mecanismos de administração, programação, execução e controle dos recursos orçamentários, julgue os itens subsequentes. Pessoa jurídica que tenha prestado serviço ao poder público terá direito ao pagamento correspondente independentemente da realização do estágio de liquidação da despesa.

C – Certo
E – Errado

30 – 2018 – (FCC) – Assembléia Legislativa – SE (ALESE/SE) – Técnico Legislativo

Um dos princípios orçamentários com assento constitucional e comumente indicado pela doutrina é o do equilíbrio que, em uma de

suas acepções correntes, é conhecido como "regra de ouro". Ele

A – determina a alienação compulsória de ativos quando o montante de despesa de pessoal e custeio superar as dotações fixadas na Lei Orçamentária Anual – LOA, ou, alternativamente, a realização de operação de crédito.
B – impede que sejam feitas operações de crédito no último ano do mandato do Chefe do Executivo, salvo sob a forma de Antecipação de Receita Orçamentária – ARO, condicionada à existência de superávit financeiro.
C – determina que as receitas e despesas devem estar fixadas no mesmo montante na Lei Orçamentária Anual – LOA, salvo aquelas relativas a saúde e educação, que, em face da vinculação constitucional, são previstas em peça orçamentária própria.
D – veda a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
E – impede a abertura de créditos adicionais no curso da execução orçamentária, salvo os de natureza especial, voltados a situações de emergência ou calamidade pública, mediante autorização legislativa ou decreto do Chefe do Executivo.

31 – 2018 – (FCC) – Assembléia Legislativa – SE (ALESE/SE) – Analista Legislativo

Em se tratando dos princípios orçamentários, o Princípio da

A – legalidade dita que dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual é matéria reservada à Lei Ordinária.
B – exclusividade surgiu para garantir o emprego da técnica conhecida como cauda orçamentária.
C – universalidade institui que todas as receitas e todas as despesas devem constar da Lei de Orçamento.
D – não afetação estabelece que nenhuma receita pode ser associada a determinada despesa ou fundo.
E – anterioridade preconiza que as receitas devem ocorrer antes das despesas.

32 – 2018 – (VUNESP) – Polícia Civil – BA – Investigador de Polícia

Do ponto de vista da eficácia, para a nova gestão pública, os funcionários devem mudar a ênfase dos processos e procedimentos para

A – a visão patrimonialista.
B – a lógica de mercado.
C – os meios.
D – os resultados.
E – a racionalidade burocrática.

33 – 2018 – (CESPE) – Superior Tribunal Militar (STM) – Analista Judiciário

Julgue os itens que se seguem, relativos às receitas e despesas públicas. É vedado ao Poder Executivo, para efeito de projeção das receitas orçamentárias, aplicar índices de reajustes de preços sobre as séries históricas de arrecadação.

C – Certo
E – Errado

34 – 2018 – (CESPE) – Secretaria da Fazenda do Estado – RS (SEFAZ/RS) – Auditor do Estado

A avaliação constitui um instrumento imprescindível para o conhecimento da viabilidade de programas e projetos governamentais. Nesse sentido, avaliar a eficácia consiste em

A – obter explicações a respeito de programas e projetos governamentais a partir da pers-

pectiva de pesquisadores.
B – determinar ações que ajudem a otimizar o desempenho de instituições e programas.
C – avaliar a relação entre as metas e os instrumentos explícitos e os resultados de determinado programa governamental.
D – examinar a relação entre a implementação e o impacto social de determinado programa governamental.
E – avaliar a relação entre o esforço empregado para implementar determinada política pública e os seus resultados.

35 – 2018 – (FCC) – Defensoria Pública do Estado de Amazonas – AM (DPE/AM) – Defensor Público

Sobre o controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário, é correto afirmar que a base teórica que privilegia os princípios, tornando o juiz um agente das transformações sociais, atuando não só na verificação da constitucionalidade da lei formal, mas também na observação das questões materiais relativas às próprias políticas, é conhecida como

A – participação popular.
B – procedimentalismo.
C – separação dos Poderes.
D – judicialismo.
E – substancialismo.

36 – 2018 – (CESPE) – Secretaria da Fazenda do Estado – RS (SEFAZ/RS) – Auditor do Estado

De acordo com as concepções iniciais de Max Weber, são características da burocracia

A – o excesso de regras, a subjetividade e o mecanicismo.
B – o individualismo, os registros escritos e a estrutura orgânica.
C – a racionalidade, o compromisso profissional e a hierarquia de autoridade.
D – a divisão do trabalho, a flexibilidade organizacional e a previsibilidade.
E – a informalidade das comunicações, a impessoalidade e o profissionalismo.

37 – 2018 – (CESPE) – Tribunal de Contas Estadual – PB (TCE/PB) – Auditor de Contas Públicas

Entre os princípios norteadores da gestão por resultados na administração pública incluem-se a tomada de decisão

A – centralizada e a cobrança de responsabilidade dos gestores, mas não dos agentes.
B – centralizada e o foco no processo de gestão.
C – descentralizada e o foco no processo de gestão.
D – descentralizada e o foco nos resultados.
E – descentralizada e a cobrança de responsabilidade dos agentes, mas não dos gestores.

38 – 2018 – (VUNESP) – Polícia Civil – BA – Delegado de Polícia

Conceitualmente, para a Gespública, "controle social" significa que a administração pública

A – busca gerar valor para a sociedade e formas de garantir o desenvolvimento sustentável, utilizando os recursos de forma eficiente.
B – só pode fazer o que a lei permite, enquanto a iniciativa privada pode fazer tudo que não estiver proibido por lei. Essa legalidade é que fixa os parâmetros de controle da administração.
C – é financiada com recursos públicos, oriundos de contribuições compulsórias de cidadãos e empresas, os quais devem ser direcionados para a prestação de serviços públicos e a produção do bem comum.
D – tem como requisito essencial, em regimes democráticos, a obrigação de prestar contas

de sua atuação, o que implica em garantia de transparência de suas ações e atos e na institucionalização de canais de participação social.
E – tem o conceito de partes interessadas ampliado em relação ao utilizado pela iniciativa privada, pois as decisões públicas devem considerar não apenas os interesses dos grupos mais diretamente afetados, mas, também, o valor final agregado para a sociedade.

39 – 2018 – (CESPE) – Polícia Civil – MA – Perito Criminal

Na gestão pública democrática, a administração de políticas sociais voltada à defesa dos interesses das classes subalternas deve ter como referência o modelo de

A – administração pública gerencialista, devido ao seu explícito alinhamento com os interesses populares, expresso por meio de seu poder racional-legal.
B – administração patrimonialista, que considera o aparelho de Estado como a extensão da participação direta, combatendo o nepotismo e a corrupção.
C – administração pública burocrática, que garante autonomia ao administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros.
D – planejamento estratégico, que busca ultrapassar a democracia representativa, combinando-a com a democracia participativa.
E – planejamento normativo ou tradicional, cujas técnicas e métodos permitem, sozinhos, criar estratégias políticas de gestão que atendam aos interesses populares.

40 – 2018 – (CESPE) – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH – Tecnólogo em Gestão Pública

Julgue os próximos itens, a respeito dos modelos de gestão pública: patrimonialista, burocrático e gerencial. O modelo de administração burocrática, segundo os pressupostos de Max Weber, pressupõe certa racionalidade impessoal.

C – Certo
E – Errado

41 – 2018 – (FCC) – Prefeitura de Macapá – AP – Administrador Hospitalar

A lógica da nova gestão pública, ao ser aplicada à saúde pública, considera os serviços sanitários como atividades públicas não estatais e, portanto, executáveis por entes privados. Uma das características deste novo modelo de gestão compreende

A – relação entre unidade doméstica e unidade de produção.
B – flexibilidade administrativa e contratualização de resultados.
C – formalismo processual e impessoalidade.
D – sinonímia entre patrimônio público e patrimônio privado.
E – forte separação entre política e administração.

42 – 2018 – (CESGRANRIO) – Liquigás Distribuidora SA – Profissional Júnior

Para garantir a transparência na gestão do negócio, reduzindo riscos para os investidores e envolvendo os principais stakeholders nas decisões estratégicas, as práticas de Governança Corporativa devem evitar a

A – definição de qual a função de cada um dos sócios dentro da organização, e quais as atribuições e os limites dos atuais gestores.
B – descentralização do poder dos gestores, fortalecendo o seu papel de enfrentar sozinhos o desafio de gestão e das decisões estratégicas de um negócio.
C – prestação de contas dos recursos aplicados na empresa junto ao conselho, com auditorias periódicas dos seus principais envolvidos.

D – burocracia nos processos organizacionais, realizando um trabalho junto à controladoria para otimizar relatórios gerenciais que garantam uma correta prestação de contas entre todos os envolvidos.
E – transparência na gestão do negócio e a inclusão de aspectos referentes ao dia a dia da empresa nas pautas das reuniões do conselho.

43 – 2018 – (CESPE) – Superior Tribunal Militar (STM) – Técnico Judiciário

A respeito da reforma do Estado, da excelência na gestão dos serviços públicos e das diferenças entre a gestão pública e a gestão privada, julgue os seguintes itens. Por conta da emergência de órgãos de responsabilidade social corporativa nas empresas privadas, estas passaram a ter como principal objetivo atender aos interesses coletivos da sociedade como um todo, principalmente em suas áreas de influência.

C – Certo
E – Errado

44 – 2018 – (FCC) – Departamento Estadual de Trânsito – MA (DETRAN/MA) – Assistente de Trânsito

Entre os fundamentos de excelência considerados pela Fundação Nacional de Qualidade – FNQ se insere:

A – planejamento estratégico: com o estabelecimento de metas e indicadores para orientarem a atuação da organização.
B – downsizing: enxugamento, com redução de posições e redundâncias, visando a evitar o retrabalho e aumentar a produtividade.
C – reengenharia: que corresponde ao conceito de "folha em branco", a partir do qual novos paradigmas podem ser estabelecidos.
D – adaptabilidade: flexibilidade e capacidade de mudança em tempo hábil, frente a novas demandas das partes interessadas e alterações no contexto.
E – accountability: dever de responder por uma responsabilidade outorgada, prestando contas à sociedade.

45 – 2018 – (CESPE) – Tribunal de Contas Estadual – PB (TCE/PB) – Auditor de Contas Públicas

A governança na gestão pública envolve o gerenciamento de recursos humanos, econômicos e sociais com o propósito de gerar

A – controle social.
B – economicidade.
C – transparência.
D – accountability.
E – desenvolvimento.

46 – 2018 – (FCC) – Assembléia Legislativa – SE (ALESE/SE) – Analista Legislativo

Após deliberação da Mesa da Assembleia Legislativa, um espaço foi destacado para exploração, pela iniciativa privada, de operação de restaurante para servir parlamentares, servidores e visitantes. O serviço foi objeto de uma licitação de concessão administrativa de uso a título oneroso do tipo maior lance. O recolhimento do lance vencedor, no valor de R$ 100.000,00, classifica-se como receita

A – orçamentária, corrente e derivada.
B – extraorçamentária, de capital e originária.
C – orçamentária, corrente e originária.
D – extraorçamentária, corrente e derivada.
E – orçamentária, de capital e originária.

47 – 2018 – (CESPE) – Secretaria da Fazenda do Estado – RS (SEFAZ/RS) – Auditor do Estado

Vários atores participam e influenciam, direta ou indiretamente, o processo de formulação de políticas públicas, a exemplo de atores estatais ou públicos, entre os quais se incluem

A - os burocratas e os designados politicamente.
B - as organizações de terceiro setor e os meios de comunicação.
C - os empresários e as sociedades civis organizadas.
D - os grupos de interesse e os fornecedores.
E - os políticos e os grupos de pressão.

48 - 2018 - (FCC) - Assembléia Legislativa - SE (ALESE/SE) - Analista Legislativo

O modelo patrimonialista de administração pública

A - é contemporâneo ao modelo burocrático, diferindo deste pela separação clara entre patrimônio público e dos governantes.
B - antecede o modelo burocrático e possui, como traço característico, a ausência de separação entre o patrimônio público e o dos governantes.
C - sucede o modelo burocrático e precede o gerencial, sendo caracterizado pela rigidez das estruturas hierárquicas.
D - é uma resposta ao excesso de flexibilidade do modelo gerencial, sucedendo este último e tendo seu foco principal na responsabilidade fiscal.
E - é contemporâneo ao modelo gerencial, dele diferindo pela utilização de modelos de parcerias público-privadas em lugar da desestatização.

49 - 2018 - (CESPE) - Secretaria da Fazenda do Estado - RS (SEFAZ/RS) - Auditor do Estado

A participação popular, importante instrumento para a promoção da transparência dos atos administrativos, pode se dar por meio de

A - inspeção.
B - avaliação de competências.
C - processo administrativo disciplinar.
D - audiência pública.
E - sindicância.

50 - 2018 - (CESPE) - Tribunal de Contas Estadual - PB (TCE/PB) - Auditor de Contas Públicas

Um instrumento de gestão pública no qual a população é convidada a definir anualmente as prioridades de investimento do governo em seu município é

A - a conferência municipal.
B - a parceria entre sociedade e Estado.
C - o orçamento participativo.
D - a ouvidoria municipal.
E - o fundo municipal.

Gabarito

01	D	11	D	21	E	31	C	41	B
02	E	12	C	22	D	32	D	42	D
03	C	13	D	23	C	33	E	43	E
04	C	14	E	24	C	34	C	44	D
05	D	15	A	25	B	35	E	45	E
06	B	16	B	26	C	36	C	46	C
07	E	17	C	27	B	37	D	47	A
08	B	18	D	28	C	38	D	48	B
09	E	19	E	29	C	39	D	49	D
10	C	20	E	30	D	40	C	50	C

BONS ESTUDOS!

CONCURSOS PÚBLICOS

Um intensivo completo de estudo!

EDICASE digital

Português e Redação

Acentuação
Monossílabos, acento agudo, circunflexo, grave e til

Reforma ortográfica
Pontuação, classes gramaticais e sintaxe

Dúvidas frequentes
Uso dos porquês, mau ou mal e muitos outros

Redação
Estrutura, título, coerência, critérios de correção e redação nota máxima

24 questões para testar seus conhecimentos

Direito Administrativo e Constitucional

Direito Constitucional
Conceitos, sentido das normas e formas de Estado e Governo

Classificação das Constituições
Modo de elaboração, conteúdo, forma, estabilidade e origem

Normas Constitucionais
Aplicabilidade e eficácia

69 questões para testar seus conhecimentos

Administração Financeira e Pública

Orçamento público
Classificação, técnicas e princípios

Administração pública
Modelos, características e dicas

Gestão pública e privada
Entenda as diferenças

50 questões para testar seus conhecimentos

Matemática e Contabilidade

Operações matemáticas
Multiplicação, divisão, adição e subtração

Sistema de equações
Potenciação, radiciação e equação do 2° grau

Contabilidade geral
Introdução, conceitos e objetivos

Escala e proporção
Juros, porcentagem e probabilidade

74 questões para testar seus conhecimentos